



W20 2024

EXEMPLOS DE

MELHORES PRÁTICAS

INTRODUÇÃO

Este relatório, *"Exemplos de Melhores Práticas,"* foi elaborado para fornecer um conjunto abrangente de diretrizes voltadas para o avanço da igualdade de gênero e o empoderamento econômico das mulheres. O relatório se concentra em cinco áreas-chave de importância crítica: Mulheres em STEM, Justiça Climática, Economia do Cuidado, Acabar com a Violência Contra Mulheres e Meninas e Mulheres Empreendedoras. Essas recomendações são derivadas do Comunicado W20 2024, que descreve ações e estratégias para cumprir os compromissos do G20 com a igualdade de gênero e o empoderamento econômico das mulheres.

Alinhado com a meta abrangente do Comunicado W20 2024, este documento enfatiza a implementação de ações para reduzir a lacuna de gênero nos mercados de trabalho, garantir a inclusão das mulheres em setores de alto crescimento, como STEM, e abordar as desigualdades estruturais que afetam as mulheres em todo o mundo. Este relatório fornece não apenas uma análise do estado atual dessas questões, mas também recomendações acionáveis, extraídas de práticas bem-sucedidas identificadas por equipes de trabalho nos países do G20.

É importante observar que este é um **documento vivo**, o que significa que ele evoluirá conforme novos dados e práticas surgirem. As recomendações são continuamente refinadas e expandidas à medida que mais exemplos de políticas e ações bem-sucedidas se tornam disponíveis. O objetivo final deste relatório é informar os formuladores de políticas, garantindo que todas as ações tomadas sejam baseadas em evidências e alinhadas com os esforços globais para alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento econômico das mulheres. Todas as fontes referenciadas ao longo do relatório estão diretamente vinculadas ao Comunicado do W20 2024 e seus materiais de acompanhamento, garantindo que essas recomendações estejam firmemente enraizadas nos objetivos acordados dos líderes do G20.

Ao fornecer essas recomendações, este documento busca contribuir para o discurso global sobre igualdade de gênero e servir como uma ferramenta prática para os membros do G20 em seus esforços contínuos para implementar políticas de igualdade de gênero eficazes e impactantes.

SUMÁRIO

recomendações

01 Mulheres em STEM

02 Justiça Climática

03 Acabar com a
violência contra
mulheres e
meninas

04 Economia do
cuidado

05 Empreendedorismo
Feminino

Área prioritária

MULHERES EM STEM



Área prioritária: Mulheres em STEM

Introdução

O gap de gênero em campos STEM, particularmente em TIC e IA, apresenta desafios significativos que dificultam o crescimento econômico e a equidade social. As mulheres, especialmente aquelas de grupos sub-representados, enfrentam barreiras substanciais em níveis educacionais e profissionais. Abordar essas lacunas é crucial, pois a IA tem o potencial de contribuir com US\$ 13 trilhões adicionais para a economia global até 2030. A igualdade de gênero na implantação da IA oferece uma oportunidade significativa de avanço econômico e social.

Recomendação nº 1

Para garantir que os benefícios da IA cheguem a todas as mulheres e meninas, o G20 deve apoiar a pesquisa e a colaboração para construir tecnologias de IA equitativas em termos de gênero, enfatizar a importância de processos de limpeza de dados precisos e neutros e adotar diretrizes éticas de IA nos setores público e privado.

1. 1. Estabelecer um consórcio internacional de instituições acadêmicas, organizações da sociedade civil e empresas de tecnologia para pesquisar e desenvolver tecnologias de IA equitativas em termos de gênero.

Melhores práticas: a Declaração de Montreal para IA Responsável, que envolve diversas partes interessadas em discussões sobre IA responsável e ética, é uma das melhores referências.

1.2. Implementar diretrizes obrigatórias para coleta e limpeza de dados, com critérios claros de imparcialidade e inclusão de gênero para evitar vieses no desenvolvimento de tecnologia.

Melhores práticas: As Diretrizes Éticas para IA Confiável da Comissão Europeia, que recomendam melhores práticas para coleta e uso de dados, são um bom exemplo.

1. 3. Incentivar governos e organizações a adotar diretrizes éticas de IA em todos os setores, garantindo que a tecnologia seja desenvolvida e implantada de maneira responsável e com perspectiva de gênero.

Melhores práticas: Aproveite estruturas como a Estratégia Nacional de IA do Reino Unido e a Recomendação da UNESCO sobre Ética da Inteligência Artificial para orientar a implementação ética da IA.

Recomendação nº 2

Instamos a liderança do G20 a cumprir seus compromissos existentes de reduzir pela metade a lacuna digital de gênero até 2025, abordando as principais barreiras à inclusão digital de gênero e desmantelando as barreiras normativas à igualdade de gênero em STEM.

2.1. Aproveitar os insights do GSMA Mobile Gender Gap Report 2024 para entender as principais barreiras à inclusão digital de gênero e adotar estratégias para aumentar o acesso e o uso da conectividade digital/móvel pelas mulheres (como o lançamento de iniciativas destinadas a reduzir as barreiras à acessibilidade e à alfabetização digital)

Melhores práticas:

- O governo ruandês introduziu o Programa de Embaixadores Digitais (DAP) com o objetivo de aumentar a alfabetização digital de cinco milhões de cidadãos ruandeses, e seu acesso e uso resultantes de sistemas e serviços online. A abordagem de entrega do DAP é baseada no modelo de recrutamento de mulheres jovens (e homens) com ambição empreendedora para fornecer treinamento em alfabetização digital e atuar como catalisadores de mudanças em suas comunidades
- Siga a abordagem da Digital India, que prioriza a inclusão digital tornando a tecnologia acessível e acessível, especialmente em áreas rurais.

2.2. Realizar avaliações de disparidades de gênero em STEM em instituições educacionais e locais de trabalho, com foco em mulheres e raparigas sub-representadas em particular

Melhores práticas:

Aproveite as descobertas do relatório publicado recentemente pela União Europeia sobre "Addressing the gender gap in STEM education across educational levels" (Abordando a lacuna de gênero na educação STEM em todos os níveis educacionais), que sugere que a confiança desempenha um papel crucial nas decisões das meninas de prosseguir com STEM. Como tal, a exposição precoce a STEM, ambientes de apoio e a superação de estereótipos sociais são essenciais para manter o interesse das meninas em campos STEM. As barreiras no nível das instituições educacionais que contribuem para a lacuna de gênero incluem currículos que não são inclusivos em termos de gênero, práticas de ensino que reforçam estereótipos e uma falta de modelos femininos em STEM. O relatório identifica métodos de ensino sensíveis ao gênero e a integração de disciplinas STEM como estratégias para aumentar a participação das meninas em STEM. O relatório também contém uma análise de projetos financiados pela UE com várias práticas promissoras para abordar a lacuna de gênero, como:

- programas de mentoria
- abordagens de ensino neutras em termos de género e inclusivas
- projetos concebidos para aumentar o envolvimento das meninas em STEM por meio de aplicações práticas e reais

2.3. Crie campanhas públicas e programas educacionais que desmantelem estereótipos de género prejudiciais e mudem normas culturais que desencorajam mulheres de ingressar em áreas STEM.

Melhores práticas:

- Considere iniciativas como a Política Nacional de TIC da Tanzânia, que se concentra na inclusão e no empoderamento de mulheres em setores de tecnologia.

2.4. Alocar fundos para desenvolver ferramentas e serviços digitais inclusivos, projetados especificamente para alcançar comunidades carentes e marginalizadas de mulheres e meninas.

Melhores práticas:

- Inspire-se no Índice de Maturidade GovTech, que mede o progresso do governo digital, enfatizando serviços públicos inclusivos.

Recomendação nº 3

Os países do G20 devem investir no desenvolvimento de ferramentas digitais e serviços públicos impactantes e inclusivos para limitar a ampliação das desigualdades existentes e alcançar comunidades carentes.

3.1. Exigir a coleta de dados desagregados por gênero em todos os setores e desenvolver ferramentas para rastrear as experiências de mulheres e meninas no espaço digital. Usar esses dados interseccionais para moldar políticas públicas e estratégias organizacionais para fechar a lacuna digital de gênero, particularmente em campos STEM.

Melhores práticas:

- Aproveite o Índice de Desenvolvimento do Governo Eletrônico, que avalia o desenvolvimento de serviços de governo eletrônico e sua inclusão, aplicando métricas semelhantes à igualdade de gênero em espaços digitais.
- O Canadá está incorporando dados interseccionais para desenvolver políticas digitais sensíveis ao gênero. O “Women in Tech Fund”, por exemplo, adota uma abordagem interseccional ao priorizar investimentos em grupos sub-representados, incluindo mulheres indígenas e mulheres de cor, para garantir uma inclusão mais ampla nos campos digital e tecnológico.
- O governo alemão, por meio de sua “Estratégia Nacional de Igualdade de Gênero”, inclui abordagens interseccionais para entender como fatores diversos afetam o engajamento das mulheres nas indústrias STEM e digitais. Eles estão trabalhando com empresas de tecnologia para criar espaços de trabalho inclusivos que abordem os desafios únicos enfrentados por mulheres migrantes e de minorias em STEM.

3.2. Criar programas de alfabetização digital e STEM que sejam transformadores de gênero, desafiando ativamente as normas de gênero e capacitando mulheres e meninas a participarem plenamente da economia digital.

Melhores práticas:

- Utilize estratégias da Parceria Global EQUALS e seu recém-publicado Quadro de Educação em Habilidades Digitais Transformadoras de Gênero, que defende uma abordagem transformadora de gênero para habilidades digitais e educação STEM, com foco na inclusão e no empoderamento.

Glossário:

TFGBV: Violência de gênero facilitada pela tecnologia, incluindo assédio e discriminação enfrentados por mulheres e meninas em espaços digitais.

Educação em habilidades digitais transformadoras de gênero: A educação em habilidades digitais transformadoras de gênero busca transformar estereótipos de gênero, atitudes, normas e relações desiguais de poder para reduzir a exclusão digital de gênero e promover a equidade e a igualdade de gênero.

Barreiras normativas: regras, expectativas e estereótipos socialmente construídos que restringem o comportamento e as oportunidades dos indivíduos com base no gênero, cultura ou normas sociais, muitas vezes limitando o acesso a recursos, educação ou oportunidades para grupos específicos.

Referências:

OCDE (2022), Mulheres como proporção de todos os jovens de 16 a 24 anos que sabem programar, <https://goingdigital.oecd.org/indicator/54>.

Português Green, A. e L. Lamby (2023), "A oferta, a procura e as características da força de trabalho da IA nos países da OCDE", Documentos de Trabalho Sociais, de Emprego e Migração da OCDE, n.º 287, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/bb17314a-en>.

Relatório de desigualdade de gênero no celular GSMA (2024)

Parceria Global EQUALS para a Igualdade de Gênero na Era Digital (2024)
"Rumo a uma abordagem transformadora de gênero"

União Europeia (2024), "Abordar a disparidade de gênero na educação STEM em todos os níveis educacionais"

Área prioritária

RECOMENDAÇÃO SOBRE JUSTIÇA CLIMÁTICA



Área prioritária: Justiça climática

Introdução

Mulheres e meninas representam 80% das vítimas de desastres climáticos, o que é um fardo injusto e desproporcional do impacto das crises climáticas, pois elas continuam social, política e economicamente mal atendidas. Mudanças climáticas e gênero estão intrinsecamente ligados e abordar gênero é essencial para ações climáticas eficazes. Os membros do G20 são responsáveis por 75% das emissões de gases de efeito estufa (GEE) e as políticas e metas atuais são inadequadas para limitar o aquecimento global a 1,5 C. O custo global dos danos causados pelas mudanças climáticas é estimado entre US\$ 1,7 trilhão e US\$ 3,1 trilhões por ano até 2050.

Recomendação nº 1

1: Garantir uma abordagem sensível ao gênero em todas as políticas, estratégias, planos táticos, ações e Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) sobre mudanças climáticas, garantindo uma representação significativa de todas as mulheres sub-representadas e carentes.

1.1. Quotas de gênero nos órgãos de decisão relacionados com o clima:

Melhores práticas: Em países com cotas de candidatos legisladas, a representação feminina é cinco pontos percentuais e sete pontos percentuais maior nos parlamentos e no governo local, respectivamente, em comparação com países sem tal legislação. Ruanda implementou cotas de gênero, exigindo que 30% das cadeiras parlamentares sejam ocupadas por mulheres. Como resultado, as mulheres agora ocupam 61% das cadeiras, levando a políticas mais inclusivas de gênero, incluindo aquelas relacionadas à ação climática. Embora os órgãos decisórios relacionados ao clima não tenham cotas, no Nepal, a Política Florestal Nacional de 2019 orienta todas as entidades governamentais, não governamentais e do setor privado relacionadas à silvicultura a "incluir 50% de mulheres em suas respectivas organizações com responsabilidades de liderança", o que oferece lições aprendidas.

Fontes:

i. Onde estamos: África Oriental e Meridional: Ruanda. África: Ruanda (ONU Mulheres) ii. Fatos e números: Liderança e participação política das mulheres (ONU Mulheres) iii. Estado das mudanças climáticas e igualdade de gênero no Nepal (PNUMA)

1.2. Melhorar os mecanismos de dados de gênero para informar as políticas de mudança climática:

Melhores práticas: Santa Lúcia tem trabalhado para coletar dados desagregados por gênero para permitir que impactos diferenciados por gênero sejam considerados na tomada de decisões e no planejamento de suas ações climáticas, enquanto Fiji levou em consideração o papel específico das mulheres em diferentes esferas econômicas ao implementar atividades de adaptação às mudanças climáticas.

Fontes:

i. Promover a participação das mulheres na ação climática por meio da alfabetização digital em saúde: lacunas e oportunidades

Recomendação #2

Investir em financiamento climático justo em termos de gênero e implementar financiamento direto para projetos e negócios climáticos liderados por mulheres. Priorizar financiamento climático transformador em termos de gênero direcionado à adaptação e resiliência para mulheres que são dependentes de recursos naturais.

2.1. Promover financiamento climático transformador de gênero:

Melhores Práticas: Um relatório da ONU sobre Mudanças Climáticas sobre a duplicação do financiamento da adaptação descobriu que abordagens sensíveis ao gênero aumentam a eficácia geral do financiamento da adaptação. Desde 2018, as Filipinas exigem a integração de considerações ambientais e sociais importantes em parcerias público-privadas, especificamente salvaguardas contra impactos ambientais e resiliência às mudanças climáticas, juntamente com a igualdade de gênero e a preservação da cultura e do patrimônio.

Fontes:

i. **Fechar a lacuna, impulsionar a ambição: investir nas mulheres é essencial para a ação climática**

2.2. Integrar as perspectivas de gênero na educação e adaptação climática

Melhores práticas: Em Uttarakhand, Índia, pesquisadoras foram apoiadas para promover a conscientização científica e construir a confiança das mulheres locais em áreas propensas a desastres. Elas conduziram pesquisas sobre fatores ambientais e interagiram com mulheres locais, aprimorando seus conhecimentos científicos e tecnológicos. Esta iniciativa teve como objetivo abordar a sub-representação de mulheres na gestão de desastres e promover a autossuficiência entre as pesquisadoras.

Fontes:

i. **O papel das mulheres na gestão de riscos de desastres (NIDM)**

2.3. Reforçar os serviços de saúde sensíveis ao gênero para questões climáticas e de catástrofes

Melhores Práticas: As mulheres correm um risco maior devido à vulnerabilidade às mudanças climáticas, especificamente em países de baixa e média renda. É benéfico consultar mulheres para estratégias de adaptação e mitigação para maior resiliência. Além disso, a formulação de políticas com base em evidências deve ser usada.

Fontes:

i.Mudanças climáticas e saúde das mulheres: uma revisão de escopo

2.4. Garantir a representação indígena na tomada de decisões e criar um Órgão Indígena

Melhores práticas: O Fórum Indígena Internacional sobre Biodiversidade (IIFB) foi criado para desenvolver um grupo de representantes de povos indígenas e comunidades locais, que se reúnem antes e durante a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).

Fontes:

i.Fórum Indígena Internacional sobre Biodiversidade (Convenção sobre Diversidade Biológica)

2.5. Incluir considerações de gênero no planejamento e nas políticas das NDC

Melhores práticas: A Parceria NDC trabalhou com membros da Prática de Equidade de Gênero do World Resources Institute (WRI) para dar suporte a três países – Eswatini, Moçambique e República das Ilhas Marshall – na condução de avaliações de gênero de suas políticas climáticas e mecanismos de implementação para fornecer recomendações sobre o fortalecimento da integração de gênero em suas políticas climáticas, estratégias, leis e NDCs aprimoradas, novas e existentes.

Fontes:

i.Uma Avaliação de Gênero das NDCs e Instrumentos de Política e Planejamento de Mudanças Climáticas para Três Países (UNFCCC)

Área prioritária

ACABAR COM A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS



Área prioritária: Acabar com a violência contra as mulheres

Introdução

Uma vida livre de violência é um direito humano. Aproximadamente 1 em cada 3 mulheres sofre violência física ou sexual durante a vida, de acordo com a Organização Mundial da Saúde. A violência de gênero não só devasta a vida das sobreviventes, mas também impõe custos econômicos significativos. O impacto econômico global é estimado em até 3,7% do PIB global,⁷ o que inclui despesas relacionadas a assistência médica, processos judiciais e perda de produtividade devido à capacidade prejudicada das sobreviventes de trabalhar. Esse fardo econômico substancial ressalta a necessidade urgente de estratégias abrangentes para prevenir a violência e dar suporte aos indivíduos afetados.

Recomendação nº 1

Desenvolver, revisar e aplicar políticas, legislações, regulamentos e estruturas de apoio para proteger mulheres e meninas e prevenir a impunidade e a vitimização secundária em feminicídio e violência de gênero em todas as formas – em casa, no transporte, no trabalho, em ambientes de conflito, na economia e na violência de gênero facilitada pela tecnologia (TFGBV).

1.1 Incluir considerações de gênero no planejamento e nas políticas das NDC

Melhores Práticas: OIT: Ratificação e implementação da OIT ou C190 para um mundo de trabalho livre de violência e assédio, incluindo VBG. Os seguintes países ratificaram a Convenção nº 190 da OIT: Albânia, Antígua e Barbua, Argentina, Austrália, Bahamas, Barbados, Bélgica, Canadá, República Centro-Africana, Chile, Equador, El Salvador, Fiji, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Lesoto, Maurício, México, Namíbia, Nigéria, Panamá, Peru, San Marino, Somália, África do Sul, Espanha, Uganda, Reino Unido, Uruguai.

Áustria, Dinamarca, Finlândia, Quirguistão, Macedônia do Norte, Noruega, Papua-Nova Guiné, Filipinas, Portugal, República da Moldávia, Romênia, Ruanda e Samoa ratificarão a Convenção nº 190 da OIT em 2024 ou 2025.

Fontes:

[i.https://normlex.ilo.org/dyn/normlex/en/fp=NORMLEXPUB:11300:0::NO::P11300_INSTRUMENT_ID:3999810](https://normlex.ilo.org/dyn/normlex/en/fp=NORMLEXPUB:11300:0::NO::P11300_INSTRUMENT_ID:3999810)

Brasil: Lei Maria da Penha (2006): Uma das leis mais reconhecidas contra a violência doméstica e familiar. Criou mecanismos para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm

Espanha: Lei Orgânica 1/2004: Lei Integral sobre Violência de Gênero, que reconhece a violência de gênero como um crime e oferece uma abordagem abrangente para lidar com ela, incluindo medidas de proteção e assistência social e jurídica.

Fonte:

https://www.coe.int/t/dg2/equality/domesticviolencecampaign/countryinformationpages/spain/LeyViolenciadeGeneroingles_en.pdf

Argentina: Lei 26.485 (2009): Proteção Integral para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra as Mulheres. A lei aborda várias formas de violência, incluindo física, psicológica e econômica.

Fonte: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-26485-152155>

https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/contenidos_minimos_ley_micaela.pdf

México: Lei Geral de Acesso das Mulheres a uma Vida Livre de Violência (2007): Dispõe sobre medidas de prevenção, proteção e punição para casos de violência contra as mulheres.

Fonte:

https://www.summitamericas.org/brief/docs/Law_on_access_to_a_life_free_violence.pdf

Canadá: Estratégia Nacional de Combate à Violência de Gênero: Implementada em 2017, com foco na prevenção, no apoio às vítimas e na maior responsabilização dos perpetradores.

Fonte: <https://publications.gc.ca/site/eng/9.839055/publication.html>

França: Lei de Violência Doméstica (2020): Inclui medidas como ordens de proteção mais rápidas e rigorosas e monitoramento eletrônico para agressores. Plano de Ação Nacional Contra a Violência de Gênero.

Fonte: https://www.diplomatie.gouv.fr/IMG/pdf/pna_eng_vf_cle0c99c8.pdf

<https://perma.cc/4HPF-SKD7>

Suécia: Lei de Proteção à Violência Doméstica: Oferece proteção às vítimas, com forte foco em apoio psicossocial. Política de Igualdade de Gênero: Amplamente reconhecida por abordar a violência de gênero como um problema social e cultural.

Fonte:

<https://www.government.se/contentassets/9f4260f9e1724682aada19ba2dff181c/informationmaterial-swedens-work-to-combat-mens-violence-against-women-003.pdf>

<https://resourcehub.bakermckenzie.com/en/resources/fighting-domestic-violence/europe/sweden/topics/1legal-provisions>

Índia: Lei de Proteção às Mulheres contra a Violência Doméstica (2005): Oferece proteção legal às mulheres vítimas de violência doméstica, incluindo abuso físico, emocional, sexual e econômico.

Fonte:

<https://cdnbbsr.s3waas.gov.in/s3ec03333cb763facc6ce398ff83845f22/uploads/2024/09/2024091127.pdf>

<https://sansad.in/getFile/loksabhaquestions/annex/1715/AU35.pdf?source=pqals>

https://doe.gov.in/files/inlinedocuments/DoE_Prevention_sexual_harassment.pdf

Chile: Lei 20.066 (2005): Estabelece medidas de proteção contra a violência intrafamiliar, com foco nas mulheres. Plano Nacional Contra a Violência de Gênero (2018–2030)**: Estruturado para garantir igualdade de direitos e proteção contra a violência.

Fonte: https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/ley_20.066-2005.pdf

Estados Unidos: Lei de Combate à Violência contra as Mulheres (1994): Fornece recursos e apoio para investigações e programas de prevenção contra a violência contra as mulheres, bem como proteção legal.

Fonte: <https://endsexualviolence.org/wp-content/uploads/2017/09/VIOLENCE-AGAINST-WOMEN-ACT.pdf>

<https://www.justice.gov/ovw/file/641566/dl>

Reino Unido: Lei de Abuso Doméstico (2021): Legislação que oferece maior proteção às vítimas de violência doméstica, amplia a definição de abuso e fornece suporte jurídico.

Fonte: <https://www.legislation.gov.uk/ukpga/2021/17/contents>

<https://www.legislation.gov.uk/ukpga/2023/51/contents/enacted>

<https://www.sarsas.org.uk/protection-from-sex-based-harassment-in-public-act-2023-what-does-it-hope-to-achieve/#:~:t>

[ext=Key%20summary%20of%20the%202023%20Act&text=The%20Act%20creates%20a%20new,the%20ofence%20of%20public%20assédio](https://www.sarsas.org.uk/protection-from-sex-based-harassment-in-public-act-2023-what-does-it-hope-to-achieve/#:~:text=Key%20summary%20of%20the%202023%20Act&text=The%20Act%20creates%20a%20new,the%20ofence%20of%20public%20assédio)

África do Sul: Legislação sobre violência doméstica e crimes sexuais: Inclui medidas punitivas e de proteção para mulheres vítimas de violência.

Fonte:

<https://www.stateofthenation.gov.za/priorities/making-communities-safer/gender-based-violence>

https://www.divorcelaws.co.za/uploads/1/2/1/6/12166127/the_domestic_violence_amendment_act_14_of_2021.pdf <https://www.justice.gov.za/vg/gbv/NSP-GBVF-FINAL-DOC-04-05.pdf>

Colômbia: A legislação prevê medidas para prevenir e punir a violência e a discriminação contra as mulheres.

Fonte:<https://www.minjusticia.gov.co/programas-co/conexion-justicia/Documents/Infografias/NORMATIVIDAD%20VIGENTE.pdf>

Noruega: Plano de Ação para Combater a Violência Doméstica e de Gênero: Focado em medidas de prevenção e apoio às vítimas.

Fonte: <http://1325naps.peacewomen.org/index.php/norway/>

Austrália: Estratégia Nacional para Prevenir a Violência Contra Mulheres e Seus Filhos: Um programa abrangente focado na prevenção e no apoio às vítimas.

Fonte: <https://www.dss.gov.au/ending-violence>

Turquia: Convenção de Istambul (2011): A Turquia foi signatária e adotou a convenção que estabelece medidas para prevenir e combater a violência contra as mulheres, mas posteriormente se retirou do acordo em 2021.

Convenção de Istambul: <https://rm.coe.int/grevio-s-baseline-evaluation-report-on-legislative-and-other-measures-/1680abe1bb>

ONU Mulheres: <https://www.unwomen.org/en/news-stories/explainer/2023/10/four-actions-to-forge-workplaces-free-from-sexual-harassment-and-violence>

ONU Mulheres: <https://www.unwomen.org/en/what-we-do/ending-violence-against-women/facts-and-figures>

CIPD: https://www.cipd.org/uk/views-and-insights/thought-leadership/cipd-voice/new-duty-to-prevent-sexual-harassment/?utm_source=mc&utm_medium=email&utm_content=20240501_CIPD+Update_NWL_KNW_GLO_MIX_MAN_NA.https%3a%2f%2fwww.cipd.org%2fuk%2fviews-and-insights%2fthought-leadership%2fcipd-voice%2fnew-duty-to-prevent-sexual-harassment%2f&utm_campaign=cipd_update&utm_term=1046212

PARLAMENTO EUROPEU: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-9-2023-0234-AM-298-298_EN.pdf

Comunicado de imprensa do W7: <https://www.women7.org/>

Recomendação nº 2

Invista em políticas e programas educacionais baseados em evidências e transformadores de gênero, desde a primeira infância, que mudem papéis de gênero prejudiciais, normas sociais e estereótipos, como aqueles perpetuados no entretenimento e nas mídias sociais, para que todos na sociedade respeitem as questões de igualdade de gênero (por exemplo, masculinidades tóxicas) e previnam todas as formas de violência de gênero.

Melhores Práticas Suécia: A abordagem da Suécia para a igualdade de gênero na educação é abrangente, começando desde a primeira infância. O país enfatiza linguagem neutra em relação ao gênero, brinquedos de igualdade de gênero e currículos que desafiam os papéis tradicionais de gênero. As pré-escolas e escolas suecas visam fornecer oportunidades e apoio iguais para todos os gêneros.

Fonte:

<https://www.government.se/contentassets/efcc5a15ef154522a872d8e46ad69148/gender-equality-policy-in-sweden-240229.pdf>

ONU Mulheres:: <https://www.unstereotypealliance.org/en>

UNICEF: <https://www.unicef.org/eap/media/14076/file/UNICEF%20%20UN%20Wo men%20advocacy%20brochure.pdf>

UNESCO: <https://www.unesco.org/gem-report/en/2024genderreport>

Reino Unido: <https://www.asa.org.uk/resource/regulatory-statement-on-gender-stereotypes-in-ads.html>

<https://www.asa.org.uk/static/uploaded/e06425f9-2f9f-44c3-ae6ebd5902686d44.pdf>

Argentina:

<https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/246657/20210708>

Conselho da Europa: <https://rm.coe.int/prems-064620-gbr-2573-gender-equality-in-media/16809f0342>

Recomendação nº 3

Manter e aumentar o financiamento contínuo e bem coordenado para serviços de prevenção, proteção, intervenção preventiva e resposta para causar um impacto sustentado na prevenção e redução da prevalência e incidência da violência de gênero.

Melhores práticas:

Brasil (Rio de Janeiro): Casa da Mulher Carioca: serve como um espaço de promoção de políticas públicas para mulheres, visando criar um ambiente de interação, capacitação e empoderamento feminino. Implementa estratégias efetivas para prevenir a violência contra as mulheres, promover a cidadania e fomentar a autonomia. Em outras cidades há a Casa da Mulher Brasileira, um espaço que integra diferentes serviços especializados que atendem aos mais diversos tipos de violência contra as mulheres. Podem ser encontrados em Campo Grande/MS, Fortaleza/CE, Ceilândia/DF, Curitiba/PR, São Luís/MA, Boa Vista/RR, São Paulo/SP, Salvador/BA, Teresina/PI e Ananindeua/PA. Além disso, a sociedade também pode denunciar situações de violência doméstica por meio da Central de Atendimento à Mulher, ligando para o número 180. A denúncia é anônima e gratuita, disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, em todo o país.

Fonte: Casa da Mulher Carioca – Portal Carioca Mapeamento Digital de Programas para perpetradores de violência doméstica na Ásia Central.

Fonte: <https://www.osce.org/secretariat/576324>

Governo da Índia, Relatório Anual sobre Esquemas e Programas Relacionados a Mulheres e Crianças (Nova Déli: Ministério do Desenvolvimento da Mulher e da Criança, 2024).

Geração de Fórum:

https://forum.generationequality.org/sites/default/files/202103/GBV_FINAL_VISUAL_EN.pdf

Chamada para ação: <https://www.calltoactiongbv.com/what-we-do> EIGE:

https://eige.europa.eu/sites/default/files/documents/20213229_mh0921238enn_pdf.pdf

Instituto da Igualdade: https://preventgbv.org/wp-content/uploads/2023/11/EQI_The-Accelerator_What-Counts_Report_Nov-2023-1.pdf

Recomendação nº 4

Comprometer-se a coletar, analisar e disseminar dados nacionais oficiais, seguindo as diretrizes da ONU, sobre feminicídios e todas as formas de violência de gênero, considerando a interseccionalidade, incluindo raça/etnia em todas as suas diversidades que refletem o contexto de cada país, para mensurar continuamente os impactos da violência.

Boas Práticas ONU Mulheres:

https://data.unwomen.org/sites/default/files/documents/Publications/2024/GDO-2024_highlights-brief.pdf

Muitos países têm dados disponíveis para monitorar a violência contra as mulheres, incluindo:

Estados Unidos: Pesquisa Nacional sobre Violência Sexual e Parceiro Íntimo. Sobre a Pesquisa Nacional de Violência Sexual e de Parceiros Íntimos (NISVS) | Pesquisa Nacional de Violência Sexual e de Parceiros Íntimos (NISVS) | CDC

[Brasil: Dados do DataSus e do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.](#)

Anuário Brasileiro de Segurança Pública – Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Austrália: Relatórios do Australian Bureau of Statistics.

Visão geral da violência doméstica na Inglaterra e no País de Gales – Office for National Statistics

Itália:

https://eige.europa.eu/sites/default/files/documents/2016.5480_mh0216774enn_pdfweb_20170215100604.pdf

Índia: Comissão Nacional para as Mulheres, Relatório Anual 2024 (Nova Deli: Carolina do Norte, 2024).

Fonte: <http://ncw.nic.in/Annual-Reports>

UNODC: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/gsh/2023/Global_study_on_homicide_2023_web.pdf

[Lobby Europeu das Mulheres: https://www.womenlobby.org/New-Study-Impact-of-Pornography-on-Sexual-Violence?lang=en](https://www.womenlobby.org/New-Study-Impact-of-Pornography-on-Sexual-Violence?lang=en)

Transparência Internacional:

<https://www.transparency.org/en/publications/quebrando-o-silêncio-em-torção-sexual> https://images.transparencycdn.org/images/2020_Report_Quebrando-o-silêncio-em-torção-sexual_Português.pdf

ONU Mulheres: <https://www.unwomen.org/sites/default/files/2023-11/gender-related-killings-of-women-and-girls-femicide-feminicide-global-estimates-2022-en.pdf>

Respeito Trans: <https://transrespect.org/en/trans-murder-monitoring-2023/>

Área prioritária

ECONOMIA DO CUIDADO





Área prioritária: Mulheres em STEM

Área prioritária: Economia do cuidado

Os estados-membros do G20 têm a oportunidade de tomar ações imediatas para demonstrar liderança na economia de cuidados e contribuir para o progresso global em direção a sistemas de cuidados e suporte abrangentes. Essas ações devem ser realizadas com os princípios-chave da ONU para transformar os sistemas de cuidados em mente: baseados em direitos humanos, responsabilização do estado, universalidade, transformadores e não deixar ninguém para trás.

Recomendação nº 1

Reduzir e promover uma redistribuição igualitária do trabalho de cuidado não remunerado por meio do desenvolvimento e implementação de políticas governamentais que integrem educação, saúde e serviços sociais para apoiar os cuidadores e garantir que cuidados inclusivos, de alta qualidade e acessíveis sejam acessíveis a todos, com foco em crianças, idosos, pessoas com deficiência e outros dependentes.

1.1. Liderança nacional e internacional na economia do cuidado

1.1.1. Desenvolver roteiros nacionais de economia de cuidados para fornecer uma estrutura para a implementação de padrões e regulamentos de cuidados, incluindo a redistribuição do trabalho de cuidados não remunerado, o reconhecimento e a medição do trabalho de cuidados, a promoção do trabalho decente e os investimentos em serviços e infraestruturas de cuidados abrangentes.

Melhores Práticas: Roteiro para Economia de Cuidados para um Mundo de Trabalho com Mais Igualdade de Gênero – Indonésia. O Roteiro abrange sete prioridades para transformar o trabalho de cuidados: 1. Desenvolver serviços de cuidados infantis acessíveis e de qualidade; 2. Fortalecer os serviços de cuidados de idosos e de longo prazo; 3. Melhorar os serviços de cuidados inclusivos e integrados para pessoas com deficiências, HIV, necessidades especiais e outros grupos vulneráveis; 4. Melhorar o acesso à licença-maternidade; 5. Aumentar o envolvimento dos homens, incluindo a licença-paternidade; 6. Reconhecer o trabalho decente para os cuidadores; e 7. Implementar a proteção social para os trabalhadores na economia de cuidados.

Boas práticas: A Conferência Internacional do Trabalho de junho de 2024 estabeleceu um Novo Acordo Global sobre Trabalho Decente na Economia do Cuidado com base em 9 princípios orientadores, **incluindo:**

- a. O respeito, a promoção e a realização dos princípios e direitos fundamentais no trabalho, incluindo a liberdade de associação e a negociação coletiva.
- b. Implementação de normas trabalhistas internacionais relevantes.
- c. Investimento na economia do cuidado como meio fundamental de promover cuidados de qualidade e criação de empregos decentes.
- d. A responsabilidade primária do Estado na prestação de cuidados, financiamento e regulamentação, inclusive por meio de uma estrutura política e regulatória robusta.

Fonte:

Declaração dos Líderes do G20 em Nova Délhi, Índia, 2023 - os líderes confirmaram seu compromisso com o desenvolvimento liderado por mulheres e com o aprimoramento da participação plena, igualitária, efetiva e significativa das mulheres como tomadoras de decisão para abordar os desafios globais de forma inclusiva e contribuir como participantes ativas em todas as esferas da sociedade, em todos os setores e em todos os níveis da economia, o que não é apenas crucial para alcançar a igualdade de gênero, mas também para contribuir para o crescimento do PIB global.

[Transforming Care Systems](#) oferece orientação prática para Agências da ONU em nível nacional, regional e global para abordar o cuidado dentro do contexto dos ODS e Nossa Agenda Comum. Ele visa informar e harmonizar os esforços da Agência da ONU sobre o cuidado, oferecendo definições, princípios orientadores, abordagens e opções de políticas que podem ser contextualizadas para diferentes realidades socioeconômicas.

1.1.2. Os estados-membros do G20 se juntam à Global Alliance for Care para facilitar e fomentar a ação coletiva, advocacia, comunicação e aprendizado sobre seu reconhecimento como notícia, como trabalho e como um direito. Utilize a Global Alliance para rastrear conversas globais, iniciativas conjuntas e investimentos na economia de cuidados e como um fórum para trocar informações e identificar novas maneiras de mobilizar fundos estrategicamente em apoio à economia de cuidados.

Melhores práticas: 20 governos são atualmente membros da Aliança Global para o Cuidado, incluindo os países do G20: México, Canadá, Estados Unidos, Argentina, Alemanha e Brasil.

1.2. Redistribuição equitativa do trabalho de assistência não remunerado

1.2.1. **Garantir o acesso universal e estatutário a serviços de qualidade de Educação e Cuidados na Primeira Infância (ECCE), Educação Pré-primária e Cuidados de Longo Prazo (LTC).**

Melhores práticas:

- **Sistemas de cuidado:** O Uruguai desenvolveu um Sistema Nacional de Cuidado, que se encaixa na definição da CEPAL e da ONU Mulheres, pois articula todos os programas, iniciativas e instituições que prestam serviços de cuidado às diferentes populações-alvo e porque se move em direção ao reconhecimento, redução e redistribuição do trabalho de cuidado não remunerado. A Colômbia reconheceu formalmente o cuidado como um direito fundamental em sua Constituição Nacional. Como tal, é responsabilidade do Estado garantir, proteger e facilitar em condições de igualdade e equidade. O país vem progredindo na implementação do Programa Nacional de Cuidado, que visa garantir o direito ao cuidado digno e reconhecer e fortalecer o cuidado como uma função social interdependente para sustentar a vida, e tem um Sistema Nacional de Cuidado.

- **ECCE:** A Alemanha oferece um sistema de serviço de assistência infantil obrigatório para crianças de 0 a 2 anos que é universal e gratuito ou de baixo custo (por meio de creches públicas chamadas Kita), com os maiores subsídios dados a famílias de baixa renda. A qualidade do ECCE é alta, com forte foco em educadores bem treinados e pequenas proporções de crianças por equipe. O Programa de Proteção Integral à Primeira Infância do Chile "Crece Contigo" oferece intervenções abrangentes voltadas para a primeira infância com base na coordenação intersetorial, tanto em nível territorial quanto administrativo, e visa fornecer assistência abrangente, especialmente para as famílias mais vulneráveis. Com cobertura e qualidade de serviços de assistência muito menores, a Argentina fornece centros de assistência, educação e cuidados para a primeira infância (CECs) que contribuem tanto para o desenvolvimento das capacidades das crianças quanto para a autonomia econômica das mulheres. O Reino Unido está dobrando seu investimento em assistência infantil e lançando uma nova política que fornece aos pais que trabalham 30 horas de assistência infantil financiada pelo governo por semana, ao longo de 38 semanas do ano, para crianças de 9 meses até o início da educação pré-primária.
- **Educação pré-primária:** A maioria dos países do G20 tem um sistema nacional estatutário de educação pré-primária. A 'scuola materna' da Itália é uma escola pré-primária universal e gratuita para crianças de 3 a 6 anos que se concentra no desenvolvimento geral da criança, tem programação educacional inclusiva e inclui padrões nacionais de qualidade.
- **LTC:** O sistema de cuidados de longo prazo estatutário e universal do Japão é um dos mais abrangentes do mundo, fornecendo uma ampla gama de serviços, desde cuidados domiciliares até institucionais, e foi criado para garantir que idosos (maiores de 65 anos e alguns de 40 a 64 anos com condições relacionadas à idade) **tenham os cuidados de que precisam e forneçam alívio aos cuidadores familiares.**

Fonte(s): O portal Global Care Policy da OIT fornece uma visão geral de diferentes políticas relacionadas à ECCE, educação pré-primária e serviços de cuidados de longo prazo para mais de 180 países, incluindo todos os estados-membros do G20. A Fawcett Society produziu um relatório que analisa a provisão de ECCE na Austrália, Canadá, França e Irlanda e mostra como as reformas recentes nesses países podem ser aplicadas às políticas e sistemas do Reino Unido.

1.3. Fornecer licença parental remunerada (maternidade, paternidade, licença parental compartilhada) a todos os novos pais que estejam alinhados com os padrões trabalhistas internacionais mínimos da OIT. Isso inclui oferecer um mínimo de 14 semanas de licença maternidade, pelo menos 4 semanas de licença não transferível para o segundo cuidador e garantir que ambos os pais possam acessar licença remunerada para apoiar o vínculo familiar e as responsabilidades compartilhadas de cuidado.

Melhor prática: Além das 6 semanas de licença-maternidade prescritas por lei, a Alemanha oferece até 3 anos de licença parental paga pelo Estado por criança, com o benefício calculado com base no salário médio dos pais (até um limite).

Fonte(s): O portal da Política Global de Cuidados da OIT fornece uma visão geral das diferentes políticas relacionadas à licença parental para mais de 180 países, incluindo todos os estados-membros do G20, Convenção 183 da OIT

1.4 Garantir que sistemas de apoio abrangentes estejam em vigor, incluindo licença familiar remunerada adicional disponível que abranja todos os membros da família no domicílio e aqueles com deficiências.

Boas práticas: a França oferece de 3 a 6 meses de licença familiar remunerada para cuidar de parentes doentes e até 310 dias de licença remunerada para cuidar de uma criança doente com doença grave ou deficiência; isso é coberto por sistemas de proteção social e inclui trabalhadores autônomos.

Fonte(s): O portal Global Care Policy da OIT fornece uma visão geral das diferentes políticas relacionadas à licença para cuidados de longa duração para mais de 180 países, incluindo todos os do G20.

1.5. Melhorar os sistemas de proteção social para promover a segurança financeira e garantir a prestação e o recebimento de cuidados de qualidade.

Melhores práticas: Austrália, Canadá, França, Alemanha e Arábia Saudita têm sistemas de proteção social fortes, cobrindo 100% de suas populações. A Austrália aumentou recentemente sua cobertura para garantir a universalidade e agora fornece uma gama de suporte de renda e cuidados para auxiliar aqueles que estão desempregados, têm deficiências graves ou são cuidadores; seu National Disability Insurance Scheme financia planos de cuidados individualizados para pessoas com deficiência.

Fonte(s): O Portal de Política Social do G20 foi lançado pela OIT e pela Associação Internacional de Seguridade Social e fornecerá um espaço para compartilhar conhecimento e melhores práticas para dar suporte à formulação de políticas baseadas em evidências. O Acelerador Global para Empregos e Proteção Social para Transições Justas foi lançado em 2021 para dar suporte à criação de empregos decentes e estender a proteção social para os excluídos.

Recomendação #2

Reconhecer e mensurar o trabalho de cuidado, especialmente o trabalho de cuidado não remunerado e informal, coletando e compartilhando sistematicamente dados de qualidade, desagregados e comparáveis.

2.1. Dados sobre o trabalho de assistência

2.1.1. Melhorar a coleta sistemática e periódica de dados desagregados sobre cuidados nos níveis individual e familiar. Isso deve capturar variáveis-chave como idade, deficiência e status socioeconômico para dar suporte ao design, implementação e avaliação inclusivos baseados em evidências da formulação de políticas.

Melhor prática: Microdados de Pesquisas de Indicadores Múltiplos (MICS) da UNICEF de renda e despesa familiar nacional, pesquisas nacionais de uso do tempo, bem como pesquisas/censos domiciliares conduzidos periodicamente em todas as regiões. Na Colômbia, a Lei de Economia do Cuidado 1413 determina a medição da contribuição das mulheres para o desenvolvimento econômico e social, como uma ferramenta para definir e implementar políticas públicas. Isso incluiu dados identificando mais de 34 milhões de horas de trabalho de cuidado não remunerado em um determinado ano. Os dados posteriormente informaram políticas que apoiaram e abordaram as necessidades de cuidado.

Fonte(s): O portal Global Care Policy da OIT fornece uma visão geral das diferentes políticas relacionadas à licença para cuidados de longa duração para mais de 180 países, incluindo todos os do G20.

2.2. Melhorar os sistemas de proteção social para promover a segurança financeira e garantir a prestação e o recebimento de cuidados de qualidade.

Melhores práticas: Austrália, Canadá, França, Alemanha e Arábia Saudita têm sistemas de proteção social fortes, cobrindo 100% de suas populações. A Austrália aumentou recentemente sua cobertura para garantir a universalidade e agora fornece uma gama de suporte de renda e cuidados para auxiliar aqueles que estão desempregados, têm deficiências graves ou são cuidadores; seu National Disability Insurance Scheme financia planos de cuidados individualizados para pessoas com deficiência.

Fonte(s): O Portal de Política Social do G20 foi lançado pela OIT e pela Associação Internacional de Seguridade Social e fornecerá um espaço para compartilhar conhecimento e melhores práticas para dar suporte à formulação de políticas baseadas em evidências. O Acelerador Global para Empregos e Proteção Social para Transições Justas foi lançado em 2021 para dar suporte à criação de empregos decentes e estender a proteção social para os excluídos.

Fonte: Comunicado do W20 2022, Indonésia sobre a Área Prioritária nº 5 – Mulheres com Deficiências: Melhorar a coleta de dados sobre o trabalho de assistência reunindo dados desagregados sobre idade, deficiência e status socioeconômico para dar suporte à formulação de políticas inclusivas. Simultaneamente, exigir que os empregadores façam ajustes razoáveis para mulheres com deficiências, incluindo uma cota de 3% para contratação no setor público e incentivos para empresas privadas fornecerem acomodações.

2.1.2. Use evidências de pesquisas regulares sobre o uso do tempo, de acordo com a Classificação Internacional de Atividades para Estatísticas de Uso do Tempo (ICATUS) para determinar a porcentagem de tempo gasto em trabalho doméstico e de cuidado não remunerado, desagregado por gênero, idade e localização.

Melhores práticas: O Multiple Time Use Study (MTUS) rastreia cuidados domésticos, de crianças e de adultos não remunerados em uma série de países do G20, incluindo Espanha, Itália, Alemanha e EUA, identificando também várias categorias sociodemográficas. A Suécia coleta regularmente dados de uso do tempo que esclarecem a distribuição do trabalho não remunerado entre homens e mulheres e captura dados específicos para responsabilidades de cuidado. Esses dados informaram a expansão das políticas públicas de cuidados infantis e licença-paternidade da Suécia, o que resultou em uma alocação mais equilibrada de tempo entre homens e mulheres no cuidado.

2.1.3. Desenvolver melhores metodologias para captura de dados, indicadores e evidências para reconhecer a contribuição socioeconômica do cuidado e medir os custos da produção do cuidado e a contribuição das mulheres.

Boas práticas: Na Argentina, a Cesta Básica de Cuidados foi implementada nas principais aglomerações urbanas. Os resultados preliminares mostram que 60% dos domicílios corriam o risco de não conseguir dar suporte ao desenvolvimento de crianças e adolescentes sem explorar o tempo das mulheres. Este indicador contribui para a alocação eficiente de recursos públicos, pois esclarece as necessidades e os déficits de cuidados dos domicílios, georreferenciando-os e informando o desenho das estratégias de intervenção mais adequadas para aliviá-los. Conforme observado no Comunicado do W20 de 2023, os países do G20 poderiam se comprometer a aumentar o financiamento para uma "Cesta Básica de Cuidados" universal, com base nos compromissos anteriores da ONU dos países doadores do G20 de fornecer 0,7% do RNB para desenvolver e melhorar a infraestrutura de cuidados (incluindo infraestrutura digital).

2.1.4. Impulsionar ações concretas para melhorar os dados de assistência, particularmente sobre despesas relacionadas à assistência, a qualidade da prestação de serviços e assistência para dados demográficos como crianças menores de 3 anos e idosos, que atualmente são sub-representados.

Boas práticas: recente consenso da OIT em torno da harmonização da medição do trabalho de assistência, com base na compreensão de 2018 do conceito holístico e abrangente de "trabalho de assistência". Fonte: OIT (2024) Advancing the measurement of care work and the care economy: a global consultation for new statistical standards, OIT (2018) Care work and care jobs for the future of decent work.

2.1.5 Incorporar uma perspectiva de gênero transversal e forte nos sistemas estatísticos nacionais e internacionais para contribuir para a identificação de lacunas de gênero e a formulação de soluções eficazes para reduzi-las.

Boas práticas: recomendação do T20 TF01 (incluída no Comunicado) sobre os países do G20 para solicitar à Divisão de Estatísticas da ONU que apoie os países na geração de dados desagregados para o design e implementação de políticas imparciais baseadas em evidências para abordar desigualdades e discriminações de gênero, raça e etnia.

Fonte: Comunicado T20 (2024), Brasil 2.1.4. Impulsionar ações concretas para melhorar os dados de assistência, particularmente sobre despesas relacionadas à assistência, a qualidade da prestação de serviços e assistência para dados demográficos como crianças menores de 3 anos e idosos, que atualmente são sub-representados.

2.1.6. Implementar políticas e práticas de salário digno com processos e medidas sensíveis ao gênero incorporados.

Melhores práticas: Alemanha e Holanda assinaram uma declaração conjunta sobre a promoção de salários dignos em janeiro de 2021. O Reino Unido tem um Salário Mínimo Nacional obrigatório que é pago a todos os trabalhadores com 21 anos ou mais e que é monitorado anualmente por um órgão independente, a Low Pay Commission. Como nota importante, embora as políticas de salário digno estejam se tornando mais comuns, as métricas e metodologias raramente são sensíveis ao gênero.

Fonte: Relatório da OIT sobre a Reunião de Peritos sobre políticas salariais, incluindo salários dignos (2024), a EuroFound fornece atualizações regulares sobre salários na UE, incluindo um estudo anual sobre salários mínimos

Recomendação nº 3

Reconhecer e mensurar o trabalho de cuidado, especialmente o trabalho de cuidado não remunerado e informal, coletando e compartilhando sistematicamente dados de qualidade, desagregados e comparáveis.

3. Recompense o trabalho de assistência remunerada

3.1 Ratificar e implementar as Convenções e Recomendações da OIT, incluindo a Convenção 189 sobre Reconhecimento de Trabalhadores Domésticos como Cuidadores, a Convenção 190 sobre Violência e Assédio e a Convenção 149 sobre Pessoal de Enfermagem, pois são relevantes para garantir padrões de condições de trabalho decentes e salários justos no setor de assistência.

Boas práticas: Ratificação das convenções da OIT relevantes para o trabalho de assistência

Convenção da OIT	Estados-membros do G20	Países da UE excluindo os países do G20 da UE (27-3)	Países da União Africana (55)	Número total de países no mundo que ratificaram
189	7	6	6	38
190	10	8	8	45
149	3	11	9	41

Fontes: O relatório da OIT, *The Road to Decent Work for Domestic Workers 2023*, resume pesquisas aprofundadas conduzidas em 2021 e apresenta descobertas e melhores práticas nos países.

O relatório *Trabalho de Cuidado e Empregos de Cuidado da OIT para o Futuro do Trabalho Decente 2018* analisa o trabalho de cuidado não remunerado e remunerado e sua relação com o mundo do trabalho em mudança, destacando as desigualdades persistentes nas famílias e no mercado de trabalho relacionadas ao trabalho de cuidado.

Da crise global de assistência à assistência de qualidade em casa: o caso da inclusão de trabalhadoras domésticas em políticas de assistência e garantia de seus direitos no trabalho, Resumo de Políticas da OIT solicitando que trabalhadoras domésticas sejam incluídas em políticas de assistência e direitos trabalhistas.

Construindo Economias Solidárias, um relatório conjunto da CARE International e da Fundação Cherie Blair para Mulheres, demonstra como e por que governos e tomadores de decisão devem investir na construção de economias solidárias para alcançar justiça econômica e de gênero globalmente, com quatro estudos de caso de mulheres empreendedoras do Reino Unido, Quênia e Vietnã.

3.2 Melhorar as condições de trabalho e a proteção dos direitos trabalhistas dos trabalhadores de assistência e domésticos, especialmente aqueles do setor informal, incluindo:

- limitando horas de trabalho
- expandir acordos de trabalho flexíveis para garantir um melhor equilíbrio entre a vida profissional e a vida pessoal
- melhorar a saúde e a segurança no trabalho
- Identificar e implementar reformas de políticas salariais justas, equitativas e sustentáveis, incluindo remuneração igual para trabalho de igual valor, em conformidade com os princípios da política salarial do G20
- Melhorar o acesso a benefícios abrangentes de proteção social, incluindo benefícios de desemprego, licença médica remunerada e pensões, levando em consideração as normas trabalhistas internacionais relevantes, em particular os Pisos de Proteção Social.

Melhores práticas:

Austrália, Reino Unido, Islândia, Canadá, Brasil e UE têm relatórios obrigatórios de disparidade salarial de gênero, o que exige que os empregadores relatem diferenças salariais entre homens e mulheres. No Reino Unido, há discussões para estender esses relatórios de disparidade salarial para incluir etnia e deficiência.

Finlândia e Suécia oferecem créditos de pensão para cuidadores não remunerados, Botsuana, Maurício e Namíbia têm planos de pensão que beneficiam aqueles fora da economia formal.

Laos e Mongólia estenderam a proteção à maternidade à economia informal, e Togo tem um esquema de transferência de renda voltado para mulheres grávidas.

Fontes: O Monitor da OIT sobre o mundo do trabalho confirma que a construção de um piso nacional de proteção social aumentaria o PIB per capita em países de renda baixa e média-baixa em 14,8% em 10 anos (maio de 2023).

O Acelerador Global da ONU sobre Empregos e Proteção Social para Transições Justas, setembro de 2021, define a resposta coletiva do sistema da ONU para enfrentar os múltiplos desafios que ameaçam apagar o progresso do desenvolvimento.

A iniciativa visa acelerar o progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e apoiar a criação de empregos decentes, principalmente nas economias verde, digital e de assistência, além de estender a proteção social às pessoas excluídas.

3.3. Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e oportunidades iguais para papéis de liderança em todos os níveis de tomada de decisão no setor de cuidados. Identificar e implementar medidas para melhorar a representação das mulheres em posições de tomada de decisão de alto nível para engajar totalmente e garantir o reconhecimento, redistribuição e redução do trabalho de cuidados não remunerado e a recompensa e representação adequadas dos trabalhadores de cuidados por meio de políticas, leis e por meio de empregadores.

Melhores práticas:

Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Luxemburgo, Holanda, Polônia, Espanha, Suécia e Reino Unido têm regulamentações relativas à representação de mulheres entre os membros do conselho executivo de empresas privadas.

Ruanda estabeleceu uma cota de gênero de 30% para mulheres eleitas no parlamento em 2003 e agora lidera o mundo com a maior proporção (61,3%) de mulheres eleitas no parlamento, com a média global de mulheres nos parlamentos nacionais em torno de 25%.

Fontes:

Empoderamento econômico das mulheres e a economia do cuidado na ASEAN – o instantâneo de dados relata as disparidades de gênero na liderança corporativa, com as mulheres constituindo uma minoria de diretores e gerentes em todos os níveis e nenhum país na região alcançou a paridade de gênero na gestão.

3.4. Promover e garantir representação de cuidadores, diálogo social e negociação coletiva. Apoiar e trabalhar colaborativamente com sindicatos/representantes eleitos de trabalhadores, grupos de trabalhadores e associações para entregar a agenda de trabalho decente. Reconhecer o direito dos cuidadores de se filiar a um sindicato ou associação e de serem representados.

Melhores práticas:

O desastre do Rana Plaza em Bangladesh criou uma plataforma para os trabalhadores se organizarem.

- Agentes comunitários de saúde da África do Sul se mobilizaram para fazer campanha por trabalho decente e, posteriormente, formaram o Sindicato Nacional de Trabalhadores Domésticos.
- Argentina, Bélgica, França, Hong Kong (China), Líbano, Holanda e África do Sul formaram juntos a Federação Internacional de Trabalhadores Domésticos, e a Federação de Sindicatos Asiáticos de Trabalhadores Domésticos (FADWU), criada em 2010, reúne seis sindicatos de trabalhadores domésticos baseados em nacionalidade.
- Nas Filipinas, um programa global da ONU Mulheres, Promoting and Protecting Women Migrant Workers' Labour and Human Rights, trabalha para desenvolver as capacidades de organizações e redes de mulheres migrantes para melhor servir e auxiliar mulheres trabalhadoras migrantes. Assim como na Indonésia, a Organização Internacional para Migração (OIM) publicou relatórios sobre a proteção de trabalhadoras migrantes indonésias, incluindo detalhes sobre acordos bilaterais e disposições de seguridade social.

Fontes:

Joint Demands for Community Health Workers in South Asia é uma campanha de profissionais de saúde para reconhecimento formal como profissionais de saúde pública, com direito a pagamento decente, pagamentos regulares e pontuais de salários, pagamento retroativo por trabalho concluído anteriormente e aumento de salário por serviço mais longo. Isso inclui todas as proteções sob as leis trabalhistas, incluindo benefícios de seguridade social, pagamentos de pensão e direitos a licença parental, de cuidadores e de doença.

3.5 Reconhecer a necessidade de formalizar ocupações informais inseguras dominadas por mulheres, incluindo trabalho doméstico e trabalho de cuidado. Os governos devem considerar incentivos fiscais para empregadores, reduzindo custos para registrar trabalhadores para a previdência social, simplificando procedimentos administrativos e melhorando mecanismos de inspeção trabalhista e conformidade com a lei trabalhista, de acordo com as circunstâncias nacionais.

Melhores práticas:

Na Europa, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Itália e Suécia tornaram o emprego formal de trabalhadoras domésticas mais atraente para as famílias por meio de deduções de imposto de renda ou créditos fiscais.

- A Argentina simplificou os procedimentos de registro para aumentar o nível de registro entre famílias que empregam trabalhadores domésticos.
- Os países nórdicos tornaram obrigatória a compra de serviços de cuidados pessoais domiciliares de empresas registradas ou trabalhadores autônomos registrados. A regulamentação levou à criação de empregos formais.

- Trinidad e Tobago formaram a Service Workers Centre Cooperative Society Limited (SWCC) para abordar alguns dos desafios enfrentados pelos trabalhadores domésticos e fornecer oportunidades de emprego decentes. Dezenas de outras cooperativas semelhantes de trabalhadores domésticos estão sendo formadas ao redor do mundo, além de cooperativas que fornecem outros tipos de serviços de assistência.
- Na China, os trabalhadores domésticos empregados por agências desfrutam de proteções trabalhistas e oportunidades de treinamento iguais aos outros trabalhadores. Em Pequim, o Governo subsidia essas empresas para ajudá-las a cobrir o seguro de previdência social dos trabalhadores domésticos, resultando em proteções decentes para esse segmento da força de trabalho doméstica.
- França e Bélgica adotaram um pacote de medidas, incluindo apoio à formação de competências e promoção de prestadores de serviços com o objetivo de desenvolver o setor de trabalho doméstico para além da formalização de empregos não declarados.
- No Chile, Michelle Bachelet fez campanha para presidente em 2006 com forte ênfase no empoderamento das mulheres e no acesso a serviços e proteção social e reformou o sistema de pensões, com benefícios significativos para as mulheres fora do mercado de trabalho formal.
-
- 3.6. Introduzir e implementar legislação que previna e proteja as mulheres contra a discriminação, em particular mães e trabalhadoras de meio período, e previna e proteja as mulheres contra o assédio sexual e outras formas de violência de gênero relacionadas ao trabalho.

Melhores práticas:

- Argentina, Brasil, Islândia, Moçambique e Turquia introduziram cláusulas de não discriminação que garantem que benefícios monetários proporcionais e condições de emprego não sejam menos favoráveis para trabalhadores de meio período.
- O Projeto de Lei de Proteção ao Trabalhador do Reino Unido (Emenda da Lei de Igualdade de 2010) (outubro de 2024) e a orientação do empregador fortalecerão a proteção existente para trabalhadores contra assédio sexual. A partir de outubro de 2024, ele impõe um novo dever aos empregadores de tomar "medidas razoáveis" para prevenir o assédio sexual, e os Tribunais Trabalhistas terão o poder de aumentar a compensação em até 25% se descobrirem que um empregador violou esse dever.
- A Austrália aprovou uma legislação em 2022 que impôs um dever positivo aos empregadores de prevenir assédio sexual, discriminação sexual e vitimização no local de trabalho.

Fontes:

- O relatório da OIT sobre o fim da violência e do assédio contra mulheres e homens no mundo do trabalho oferece uma análise jurídica sistemática das estruturas regulatórias de 80 países para abordar a violência e o assédio no mundo do trabalho.
- [O Guia de Prevenção e Combate ao Assédio e à Violência no Local de Trabalho ajuda empregadores regulamentados pelo governo federal a desenvolver uma abordagem baseada em direitos humanos para prevenir e combater o assédio e a violência no local de trabalho e cumprir com suas obrigações sob a Lei Canadense de Direitos Humanos e o Código Trabalhista do Canadá.](#)

Um Roteiro para o Respeito: Prevenção e Abordagem do Assédio Sexual nos Locais de Trabalho Australianos é uma resposta a todas as 55 recomendações da Comissão Australiana de Direitos Humanos descritas no relatório Respect@Work. A estratégia fornece um caminho claro e abrangente para a Austrália prevenir e abordar o assédio sexual e apoiar uma mudança cultural significativa nos locais de trabalho australianos.

3.7 Implementar programas de educação e treinamento para melhorar as habilidades, a qualidade dos cuidados e os resultados para crianças e outras pessoas que recebem cuidados. Facilitar o desenvolvimento da carreira dos cuidadores por meio de maiores oportunidades de educação e treinamento. Trabalhar em colaboração com instituições como a OMS e a OIT para desenvolver e implementar programas e caminhos transparentes para cuidadores, incluindo um foco em dispositivos digitais e tecnologias facilitadoras no setor de cuidados

Melhores práticas: A Argentina fornece programas de treinamento para cuidadores informais, particularmente aqueles que cuidam de crianças, idosos ou pessoas com deficiência. O Japão tem um sistema abrangente para treinar trabalhadores de cuidados de longo prazo e aqueles que trabalham em cuidados com idosos (programas de treinamento Kaigo). O Reino Unido estabeleceu uma estrutura nacional de carreira de cuidados, qualificação de acreditação e forneceu financiamento para estágios e treinamento no setor de cuidados. A Rússia fornece treinamento vocacional e atualização de habilidades para aqueles em licença parental.

Fonte(s): Relatório da OIT sobre trabalho de assistência, empregos de assistência e o futuro do trabalho decente; plataforma da OCDE que mapeia a qualidade na ECEC; recursos da Global Social Service Workforce Alliance

Recomendação nº 4

Comprometer-se a aumentar investimentos públicos essenciais e sustentáveis em serviços de assistência integral e infraestrutura, trabalhe em prol de sistemas de assistência acessíveis e apoie modelos de financiamento público-privado e soluções tecnológicas inovadoras.

4. Investimentos em cuidados

a4.1 Promover investimentos públicos para melhorar o acesso à infraestrutura básica para dar suporte à prestação de cuidados, incluindo água potável e saneamento, eletricidade, transporte conveniente e tecnologia e equipamentos que economizem tempo e trabalho.

Melhores práticas: Canadá, Alemanha e EUA priorizaram ajuda e suporte para projetos de infraestrutura em países LMIC, trabalhando para acessar diretamente instalações e serviços de assistência em países de baixa renda. Coreia do Sul e México têm reformado seus sistemas de transporte público para torná-los mais acessíveis e seguros para cuidadores.

Fonte(s): Os ODS 6.1.1, 6.2.1a, 7.1.1 e 11.2 definem metas e monitoram o progresso em direção a 100% de acesso à água potável segura e acessível; saneamento e higiene adequados e equitativos; serviços de energia acessíveis, confiáveis e modernos; sistemas de transporte público seguros, acessíveis, sustentáveis e acessíveis. Este artigo sintetiza a pesquisa existente sobre infraestrutura relacionada a cuidados em resultados de WEE em países de baixa e média renda.

4.2. Apoiar os esforços de instituições financeiras internacionais e organizações multilaterais focados na economia do cuidado.

Melhor prática: A iniciativa Invest in Childcare do Banco Mundial tem sido uma iniciativa conjunta bem-sucedida financiada pela Austrália, Canadá, Alemanha e Estados Unidos; a Fundação Bill e Melinda Gates; a Fundação Conrad N. Hilton; Echidna Giving; a Fundação Hewlett; e a Fundação LEGO, que catalisou até US\$ 180 milhões em novos financiamentos para creches de qualidade, acessíveis e de baixo custo em países de baixa e média renda. Mais financiamento será necessário para garantir a sustentabilidade e o impacto desta iniciativa no futuro.

4.3. Alavanque as recomendações, métricas e metas do Global Roadmap for Action on the Care Economy para promover um entendimento compartilhado do cuidado, identificar áreas de políticas onde o G20 pode ajudar a fechar lacunas em políticas, financiamento e dados, e promover ações coordenadas em momentos globais importantes. Faça um progresso claro em direção às metas globais estabelecidas de 3-10% da renda nacional para serviços de cuidados de qualidade equitativos, 1% do PIB nacional para educação pré-primária e 10% dos gastos nacionais com educação e ajuda externa para educação para educação pré-primária. À medida que a ajuda externa para cuidados de longo prazo se torna mais rastreável, mova-se em direção a uma meta de alocação de 1-2% da ajuda externa para LTC.

Melhores práticas: Dentro da OCDE, Islândia, Suécia, Noruega, França, Dinamarca e Finlândia gastam mais de 1% do PIB em educação e cuidados na primeira infância, com a Suécia alocando a maioria, ou mais de 1%, de seus gastos totais em ECEC para cuidados infantis. Em 2022, os estados-membros da UNESCO se comprometeram a investir pelo menos 10% do gasto total com educação na educação pré-primária e garantir um ano de educação pré-primária gratuita.

Fonte: Um roteiro estratégico para a economia global de cuidados – The Asia Foundation

4.4. Apoiar soluções tecnológicas inovadoras que reduzam o desequilíbrio de gênero na prestação de cuidados.

Melhores práticas: O Japão legislou o Suporte à Inovação Tecnológica por meio do financiamento e suporte para várias tecnologias que auxiliam no cuidado de idosos. Isso inclui financiamento para pesquisa e desenvolvimento de robôs de cuidado, sistemas domésticos inteligentes e outras soluções tecnológicas. Integração da Tecnologia no Serviço de Cuidados, incentivando a adoção de tecnologias avançadas em instalações de cuidados de longo prazo e ambientes de cuidados domiciliares. Isso inclui disposições para incorporar dispositivos de assistência e registros eletrônicos de saúde para melhorar a qualidade e a eficiência do atendimento. Colaboração do Setor Público e Privado, promovendo a colaboração entre o governo, o setor privado e instituições de pesquisa para impulsionar avanços tecnológicos em serviços de atendimento. Essa abordagem colaborativa levou ao desenvolvimento e implementação de inúmeras soluções inovadoras. Regulamentos e Padrões, estabelecendo regulamentos e padrões para o uso de tecnologia em ambientes de atendimento para garantir segurança, eficácia e qualidade. Isso ajuda a manter altos padrões ao integrar novas tecnologias.

Fonte: Japan Health Policy NOW – Seguro de Cuidados de Longo Prazo (japanhpn.org)



Área prioritária

MULHERES EMPREENDEDORAS





Área Prioritária: Empreendedorismo: Acesso a Capital, Investimento e Mercados

Os estados-membros do G20 têm a oportunidade de tomar ações imediatas para demonstrar liderança na economia de cuidados e contribuir para o progresso global em direção a sistemas de cuidados e suporte abrangentes. Essas ações devem ser realizadas com os princípios-chave da ONU para transformar os sistemas de cuidados em mente: baseados em direitos humanos, responsabilização do estado, universalidade, transformadores e não deixar ninguém para trás.

Recomendação nº 1

Projetar instrumentos financeiros e políticas, leis e estruturas empreendedoras de apoio que utilizem financiamento combinado para envolver bancos e instituições públicas, privadas, filantrópicas e multilaterais para promover a igualdade empresarial e financeira para mulheres de diversas origens raciais e étnicas. Uma estrutura forte e comprovada que exemplifica isso é o Women Entrepreneurs (WE-Fi) Finance Code.

.1. Criar ou melhorar um Marco Regulatório

Avaliação interna: identificar áreas-chave e autoridades públicas no governo que precisam estar envolvidas no projeto e fornecer treinamento sobre financiamento combinado e as novas estruturas regulatórias. Revisar leis e regulamentações existentes e entender possíveis interações entre elas.

Mapeamento de partes interessadas: identifique os principais atores, como governo, setor privado, ONGs, instituições financeiras e organizações internacionais que podem ser parceiros e se envolver no processo.

Consultas públicas: conduza consultas com as partes interessadas para entender as necessidades e preocupações, garantindo que a regulamentação seja adequada ao contexto local.

Definição de políticas e normas: Crie políticas e normas que regulem as operações financeiras combinadas, incluindo definições claras, estruturas de governança e responsabilidades das partes envolvidas.

Incentivos fiscais e regulatórios: desenvolver incentivos que tornem os investimentos mais atraentes, como benefícios fiscais, subsídios ou garantias de crédito.

Monitoramento e avaliação: implemente um sistema de avaliação contínua para revisar e ajustar políticas e regulamentações conforme necessário e faça relatórios regulares sobre o uso de fundos, resultados alcançados e impacto gerado.

1.2. Melhores práticas

Investimentos específicos na igualdade de gênero e no empoderamento das mulheres são os principais impulsionadores do desenvolvimento macro social e económico. O Banco Mundial estima que a riqueza global perdida devido à persistência das desigualdades de gênero esteja na região dos 160,2 bilhões de dólares (OCDE, 2020[16]),

Incluir incentivos e marcas de Lente de Gênero em todas as regulamentações e leis financeiras

- Marcador de política de igualdade de gênero do DAC
- Ferramenta estatística qualitativa para registrar atividades de desenvolvimento que visam a igualdade de gênero como um objetivo político para rastrear qualitativamente os fluxos financeiros que visam a igualdade de gênero
- <https://web-archiver.oecd.org/temp/2024-02-06/369190-dac-gender-equality-marker.htm>
- [Quadro de pontuação da igualdade de gênero – UN PRI](#)
- [Ferramenta para investidores medirem o desempenho de gênero em empresas por meio de métricas-chave de gênero.](#)
- <https://www.unpri.org> <https://www.unpri.org/sustainability-issues/environmental-social-and-governance-issues/social-issues/diversity-equity-and-inclusion>
- [Iniciativa Global de Investimento Inteligente em Gênero](#)
- [Fornece insights práticos para integrar gênero em investimentos de capital de risco e private equity.](#)
- <https://www.gendersmartinvesting.com>

Compartilhar Modelos para desenvolver uma Estrutura de Financiamento Combinado

Iniciativa Financeira para Mulheres Empreendedoras (We-Fi)

Uma iniciativa global que visa fechar a lacuna de financiamento para empresas de propriedade de mulheres em países em desenvolvimento, a We-Fi mobiliza recursos dos setores público e privado para apoiar mulheres empreendedoras.

<https://we-fi.org/>

Kit de ferramentas de finanças combinadas – Convergência (Global)

Um kit de ferramentas que oferece recursos financeiros combinados, estudos de caso e guias práticos para governos.

<https://www.convergence.finance>

Parceria de Investimento para o Desenvolvimento Sustentável (SDIP) – Fórum Econômico Mundial e OCDE

Estrutura para promover financiamento combinado para o desenvolvimento sustentável em mercados emergentes.

<https://www.weforum.org/publications/sustainable-development-investment-partnership/>

- **Desafio 2X**

Lançada pelas Instituições Financeiras de Desenvolvimento do G7, esta iniciativa visa mobilizar US\$ 15 bilhões para investimentos com perspectiva de gênero até 2022, com foco em mulheres empreendedoras e empresas.

<https://www.2xchallenge.org/>

- **O Laboratório Global de Inovação para Financiamento Climático**

Desenvolve novos instrumentos para financiamento climático inteligente em termos de gênero por meio de parcerias público-privadas.

<https://www.climatefinancelab.org/publications/blended-finance-and-the-gender-energy-nexus-a-stocktake-report/>

- **IFC – Financiamento para PMEs e Gênero**

Ofereça garantias para reduzir os riscos enfrentados por instituições financeiras que ingressam nos mercados de PMEs.

<https://www.ifc.org/en/what-we-do/sector-expertise/blended-finance/sme-finance-and-gender>

- **FUNDO DE EMPODERAMENTO DAS MULHERES DA ASEAN NO JAPÃO (JAWEF)**

Fornecer empréstimos a instituições de microfinanças (IMFs) que atendem mulheres empreendedoras na região da ASEAN e além.

<https://www.convergence.finance/resource/japan-asean-women-empowerment-fund-case-study/view>

Atuar na criação e implementação de leis, regulamentos e iniciativas

- **África – NEPAD / Fundo Espanhol para o Empoderamento das Mulheres Africanas**

<https://nepad.org/overview/nepad-spanish-fund-african-womens-empowerment>

- **Uganda – Título de Resiliência Climática InvestHer**

Um vínculo social para capacitar PMEs agrícolas focadas em adaptação e lideradas por mulheres em Uganda.

<https://www.climatefinancelab.org/ideas/investher-climate-resilience-bond/>

- **EUA – Women's World Banking Asset Management (WAM)**

Um fundo financeiro combinado apoiado pelo Governo dos EUA, com o objetivo de mobilizar US\$ 100 milhões para melhorar a inclusão financeira de mulheres de baixa renda, atraindo capital privado em mercados em desenvolvimento.

www.dfc.gov/media/opic-press-releases/first-its-kind-us-government-bleded-finance-fund-empower-women

Título de subsistência das mulheres (WLB)

empresa sediada em Singapura, que fornece títulos capazes de mobilizar capital do setor privado para impacto no desenvolvimento,

<https://wlb.iixglobal.com/>

Estabelecer parcerias com organizações que investem em fundos e iniciativas de financiamento misto de gênero

- **Fundo Global para Mulheres**

Este fundo apoia organizações de base focadas nos direitos das mulheres e na igualdade de gênero por meio de mecanismos de financiamento combinados.

<https://www.globalfundforwomen.org/>

- **Os investimentos centrados no gênero da Fundação Shell**

A fundação investe em estruturas financeiras combinadas que apoiam energia limpa e PMEs, com foco na igualdade de gênero.

<https://www.shellfoundation.org/>

- **Capital Raiz**

Um fundo de investimento social sem fins lucrativos que fornece empréstimos e treinamento financeiro para pequenas empresas agrícolas em crescimento, com foco em empreendimentos liderados por mulheres.

<https://rootcapital.org/>

- **Investimentos com perspectiva de gênero da Fundação Bill & Melinda Gates**

Investe em diversas iniciativas que promovem a igualdade de gênero, incluindo estruturas financeiras combinadas que apoiam empresas lideradas por mulheres.

<https://www.gatesfoundation.org/>

1.3. Parceiros de conhecimento e organizações de referência externas

1.4. Formulário W20 dos consultores internos (assumem o compromisso de responder por pessoas que precisam de ajuda)

Recomendação nº 2

Garantir coleta e rastreamento de dados desagregados por sexo em subsídios, empréstimos e financiamento baseado em capital. Desenvolver metodologias para pontuação de crédito e empréstimos sem garantia ou com garantia alternativa. Incluir alfabetização digital e financeira em programas para mulheres empreendedoras

1. Passo a passo:

Desenvolver rastreamento de dados: padronizar estruturas e bancos de dados para rastrear o apoio financeiro para mulheres, garantindo coleta segura de dados e coordenação internacional.

Crie um ambiente Sandbox: Promova um sistema regulatório que permita novas iniciativas em pontuação de crédito e empréstimos, com suporte regulatório e testes piloto.

Promover a alfabetização digital e financeira: Implementar programas de alfabetização digital e financeira para mulheres, desde escolas até iniciativas de aprendizagem ao longo da vida. Mapear e colaborar com redes existentes de mulheres empreendedoras.

Garantir a privacidade dos dados: definir padrões de privacidade para uso de dados em avaliações de crédito, promovendo tecnologias seguras e auditorias regulares.

Incentive a colaboração: publique relatórios para monitorar o progresso e compartilhar as melhores práticas.

2. Monitoramento de dados sobre subsídios, empréstimos e financiamento baseado em capital concedidos a mulheres

a. GFI (Malásia): A GFI, uma fintech malaia, usa avaliações psicométricas baseadas em IA para permitir que instituições financeiras emprestem a indivíduos sem históricos de crédito formais, com foco na criação de oportunidades para mulheres e na inclusão de populações anteriormente excluídas.

Fonte: <https://financialallianceforwomen.org/members/gfi-fintech/>

Especialista: GFI (Malásia)

- Iniciativas da República Dominicana: programas governamentais e iniciativas de bancos privados estão atualizando algoritmos discriminatórios de pontuação de crédito para fornecer mais mulheres com acesso a serviços financeiros, enfatizando a necessidade de revisar os métodos tradicionais de avaliação de crédito

Fonte: <https://www.icr-facility.eu/credit-to-women-entrepreneurs-in-the-dominican-republic-equal-financial-rights-boosted-womens-businesses/>

- Estudo do Banco Mundial (Etiópia): O estudo do Banco Mundial na Etiópia descobriu que o uso de pontuação de crédito psicométrica em vez de garantias mais que dobrou o acesso das mulheres a empréstimos formais e reduziu o fechamento de empresas, demonstrando sua eficácia no apoio ao empreendedorismo feminino.

Fonte:

<https://documents1.worldbank.org/curated/en/099441511142232337/pdf/IDU0dd894b3d009330483f08eea036058c589c97.pdf>

Especialista: Banco Mundial

Yabx Fintech (Uganda): A Yabx usa dados não tradicionais, como pagamentos de serviços públicos e padrões de uso de rede, para criar perfis de clientes, aumentando sua base de clientes qualificados de 100.000 para quatro milhões e desembolsando mais de seis milhões de empréstimos em 12 meses.

Fontes: Yabx

URL: <https://internationalbanker.com/technology/the-role-of-ai-in-shaping-credit-scoring-in-emerging-markets/>

Findo Fintech (Argentina): A Findo, uma fintech argentina, usa IA para avaliar mais de 170 parâmetros e dados alternativos para pontuação de crédito, impactando mais de 200.000 pessoas e se expandindo pela América Latina, ao mesmo tempo em que atinge uma alta taxa de recompra de 73%.

Expert: Findo Source: <https://www.forbesargentina.com/negocios/findo-motor-scoring-alternativo-n3050>

MercadoPago Fintech (Argentina): O modelo de pontuação alternativo do Mercado Pago usa big data e IA para avaliar o comportamento do usuário, dados de transações e conformidade de pagamento para oferecer pontuação de crédito personalizada, melhorando assim o acesso para populações carentes na América Latina.

Expert: MercadoPago Source: <https://www.lanacion.com.ar/economia/economia-cotidiana-scoring-alternativo-una-via-para-que-mas-personas-puedan-acceder-al-credito-nid2390599/>

Manual de dados de gênero da Data2x e da Financial Alliance for Women: fornece orientação prática para fechar lacunas de dados de gênero, ajudando instituições a projetar intervenções eficazes para melhorar o empoderamento econômico e a inclusão financeira das mulheres.

Fonte: <https://data2x.org/wp-content/uploads/2023/05/Gender-Data-Playbook-FINAL.pdf> Especialista: Data2x e Financial Alliance for Women

3. Criar iniciativas de sandbox para modernizar os instrumentos utilizados na pontuação de crédito e empréstimos sem garantia ou com garantia alternativa

Sistemas de Garantia Recíproca (Argentina): esse tipo exclusivo de sistema fornece garantias para MPMEs por meio de Sociedades de Garantia Mútua, ajudando a resolver lacunas de financiamento para mulheres empreendedoras ao superar barreiras legais e culturais, embora garantir que esses sistemas apoiem especificamente empresas lideradas por mulheres seja essencial para o empoderamento efetivo.

b. Fontes: <https://casfog.com.ar/#sistema>; **Sistema de Garantias Recíprocas na Argentina**
c. Especialistas: CASFOG (Câmara Argentina de Sociedades e Fundo de Garantias)

Empréstimo Mudra para Mulheres (Índia): Os empréstimos Mudra sob o PMMY oferecem às mulheres empreendedoras acesso fácil a empréstimos sem garantia, com três categorias de empréstimos: Empréstimos para Startups ou Shishu (para novos negócios), Empréstimos para Crescimento ou Kishor (para expansão de pequenos negócios) e Empréstimos para Expansão ou Tarun (para negócios estabelecidos que precisam de fundos maiores)

b. Fontes:

eu. <https://www.bajajfinserv.in/mudra-loan-for-women> **ii.**
<https://cleartax.in/s/mudra-yojana>

c. Especialistas: Ministério das Finanças e Assuntos Corporativos da Índia

PRONAF Mulher (Brasil): O programa no Brasil oferece financiamento com taxas de juros preferenciais para mulheres agricultoras familiares, promovendo a inclusão financeira, o desenvolvimento rural sustentável e o empoderamento das mulheres no setor agrícola.

Sources:<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf-mulher>

Especialista: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil (BNDES)

Fundo Dona de Mim (Brasil): O Fundo Dona de Mim oferece microcrédito com condições favoráveis para mulheres empreendedoras de baixa renda no Brasil, apoiando sua autonomia financeira, o crescimento dos negócios e promovendo o empoderamento feminino em comunidades carentes.

Fonte: <https://fundodonademim.org.br/>

Expert: Grupo Mulheres do Brasil

4. Iniciativas de literacia digital e financeira

Bootcamp da Verband deutscher Unternehmerinnen (VdU) (Alemanha): Um bootcamp virtual de dois dias para mulheres empreendedoras com foco em expandir negócios e garantir capital, oferecendo capacitação pessoal em crescimento e financiamento.

Especialistas: Home: Associação de Mulheres Empresárias Alemãs (vdu.de)

Asia Women Impact Fund (Japão): Destaca-se por seu foco em retornos sociais e financeiros, apoiando projetos inovadores que abordam desafios específicos de gênero e geram impacto significativo no empoderamento feminino em toda a Ásia.

Especialista: Sasakawa Peace Foundation

Fonte: <https://www.spf.org/awif/>

Sispreneur (Indonésia): O Sispreneur na Indonésia é um programa de melhores práticas que capacita mulheres empreendedoras oferecendo microcréditos, treinamento empresarial e mentoria, juntamente com educação financeira e digital, para aumentar sua independência econômica e apoiar o desenvolvimento sustentável.

Especialista: Iniciativa Sispreneur **Fonte:** <https://www.xlaxiata.co.id/en/news/w20-official-the-w20-sispreneur>

Programa Khazna (Arábia Saudita): O programa Khazna capacita mulheres de baixa renda na Arábia Saudita com educação financeira sobre poupança, orçamento e gestão de dívidas, abordando dinâmica familiar, estigma e expectativas culturais.

Fonte: <https://www.alahndha.org/>

Especialista: Sociedade Al-Nahdha

Ela Pode (Brasil): O programa "Ela Pode" usa IA para fornecer orientação empresarial personalizada e suporte de gestão financeira para mulheres empreendedoras, aprimorando sua alfabetização e habilidades de tomada de decisão.

Expert: Rede Mulher Empreendedora(RME) Source: <https://elapodeia.com.br/>

De empreendedoras a empresárias (Argentina): O programa "Emprendedoras a Empresarias" da Fundación FLOR oferece treinamento, mentoria e recursos para ajudar mulheres empreendedoras argentinas a expandir seus negócios e se tornarem líderes empresariais de sucesso.

Especialista: Fundacion FLOR Fonte: <https://flor.org.ar/en/emprendidoras-a-empresarias/>

Recomendação 3:

Aumentar o acesso das mulheres aos mercados nacionais e internacionais por meio de compras públicas (Compras Públicas Responsivas ao Gênero (GRPP)) e corporativas. Facilitar o engajamento das mulheres em mercados externos por meio de feiras comerciais e intervenções direcionadas para desenvolver seu conhecimento e capacidade de atender aos padrões internacionais em comércio internacional, comércio eletrônico e compras eletrônicas.

1. Melhorar o acesso das mulheres às compras públicas e privadas sensíveis ao gênero (GRPPP)

Como várias organizações com as quais trabalhamos em estreita colaboração produziram publicações individuais que abrangem aquisições públicas e privadas (corporativas) e se referem a isso como GRPPP – incluindo nosso parceiro de conhecimento, ONU Mulheres – estamos abordando algumas práticas recomendadas relacionadas a aquisições públicas e privadas, tanto juntas quanto separadamente, conforme exigido pelas publicações que elas produziram.

Além disso, há variações nas definições de empresas de propriedade e lideradas por mulheres, o que tem ramificações em vários aspectos do acesso aos mercados.

a. Melhores práticas e resultados

- **Exemplo global:** ONU Mulheres – Estruturas legais para compras sensíveis ao gênero (2023) é relevante para compras públicas e corporativas.

<https://www.unwomen.org/sites/default/files/2023-02/Legal-frameworks-for-gender-responsive-procurement-en.pdf>

- **Exemplo global:** Nota de orientação da ONU Mulheres: Construindo compras sensíveis ao gênero: lições de pesquisa e prática (2022)

<https://www.unwomen.org/sites/default/files/2022-11/Guidance-note-Building-gender-responsive-procurement-en.pdf>

- **A Kagider** é uma associação altamente estratégica estabelecida em 2002 em Istambul. Ela trabalhou com a ONU Mulheres, a WEA e o programa SheTrades do Centro de Comércio Internacional em Genebra. Ela também obteve 540.000 euros em financiamento da União Europeia para uma iniciativa GRPPP para facilitar as oportunidades de aquisição de mulheres nos níveis local e provincial. O projeto criou uma plataforma web, www.ticaretinkadinlari.com, para facilitar a comunicação, melhorar a visibilidade empreendedora das mulheres e apoiar sua participação em licitações do GRPPP. A Kagider consultou mulheres empreendedoras turcas sobre os desafios que elas enfrentavam no acesso aos mercados e identificou soluções. A Kagider também trabalhou com advogadas que recomendaram maneiras de agilizar o processo de aquisição para mulheres e recomendaram mudanças legislativas e legislação modelo para implementação local e regional. A Kagider e seus parceiros também persuadiram prefeitas e governadoras provinciais na Turquia a implementar práticas do GRPPP nos níveis local e regional. Após o terremoto de magnitude 7,8 na Turquia em fevereiro de 2023, a Kagider usou sua plataforma web para criar oportunidades econômicas para mulheres em campos de refugiados.
- **Exemplo nacional:** Kagider, a Associação Turca de Mulheres Empreendedoras

Cúpula de Aquisições Sensíveis ao Gênero 2022 A ONU Mulheres em Istambul e a Kagider convocaram em conjunto uma Cúpula de Aquisições Sensíveis ao Gênero em Istambul para abordar as aquisições públicas e corporativas. O IPSOS criou um relatório de pesquisa.

https://eca.unwomen.org/sites/default/files/202308/grp_summit_report_eng_0.pdf

- **A Kagider** é uma associação altamente estratégica estabelecida em 2002 em Istambul. Ela trabalhou com a ONU Mulheres, a WEA e o programa SheTrades do Centro de Comércio Internacional em Genebra. Ela também obteve 540.000 euros em financiamento da União Europeia para uma iniciativa GRPPP para facilitar as oportunidades de aquisição de mulheres nos níveis local e provincial. O projeto criou uma plataforma web, www.ticaretinkadinlari.com, para facilitar a comunicação, melhorar a visibilidade empreendedora das mulheres e apoiar sua participação em licitações do GRPPP. A Kagider consultou mulheres empreendedoras turcas sobre os desafios que elas enfrentavam no acesso aos mercados e identificou soluções. A Kagider também trabalhou com advogadas que recomendaram maneiras de agilizar o processo de aquisição para mulheres e recomendaram mudanças legislativas e legislação modelo para implementação local e regional. A Kagider e seus parceiros também persuadiram prefeitas e governadoras provinciais na Turquia a implementar práticas do GRPPP nos níveis local e regional. Após o terremoto de magnitude 7,8 na Turquia em fevereiro de 2023, a Kagider usou sua plataforma web para criar oportunidades econômicas para mulheres em campos de refugiados.

b. Fontes e Resultados

A Kagider descreveu o processo usado para conduzir aquisições locais e regionais em dois documentos, um descrevendo as Etapas de Ação da Kagider e o segundo sobre a Legislação Modelo Recomendada na Turquia. Veja os PDFs para ambos os documentos. [NOTA: PLANO DE AÇÃO DO GRPPP ANEXO 2 E ANEXO 3. As traduções do turco para o inglês ainda precisam ser polidas.]

c.W2O Parceiro de conhecimento: Meral Guzel, chefe, Aceleradora de Empreendedorismo Feminino, localizada na ONU Mulheres em Nova York

d.Potencial consultor do W2O: Yeşim Sevig, secretário-geral da Kagider em Istambul, é o especialista do W2O no processo usado pela Kagider para impulsionar o GRPPP local e regional.

1. Definições de empresas de propriedade e liderança de mulheres

As definições de empresas de propriedade de mulheres e lideradas por mulheres variam amplamente entre diferentes organizações e governos, criando confusão e desafios. Os limites de propriedade variam de 20% a 51%, dependendo da organização. Por exemplo, o governo dos EUA exige 51% de propriedade feminina, enquanto a SheTrades Initiative a define em 30%. A International Finance Corporation (IFC) reconhece empresas como de propriedade de mulheres com $\geq 51\%$ de propriedade ou $\geq 20\%$ de propriedade combinada com certos critérios de gestão ou conselho.

Algumas definições focam somente na propriedade, enquanto outras também incluem critérios relacionados a papéis de controle, gestão e tomada de decisão. Além disso, muitas vezes há uma falta de distinção entre negócios "de propriedade de mulheres" e "liderados por mulheres", com os termos usados de forma intercambiável, complicando ainda mais as coisas.

A ausência de definições padronizadas leva a desafios na medição precisa das contribuições das mulheres para a economia, na determinação da elegibilidade para programas de diversidade de fornecedores e contratos governamentais, e na coleta e comparabilidade de dados desagregados por sexo em níveis nacional e internacional.

Para abordar essa questão definicional, várias corporações multinacionais e alguns governos se uniram em torno de uma definição comum e utilizam um processo de certificação de terceiros com um padrão de propriedade $\geq 51\%$. O processo começou com multinacionais americanas e se expandiu globalmente para outros países e corporações. Como resultado, algumas entidades utilizam um Processo de Certificação de Terceiros.

Utilize a Certificação de Terceiros para Acelerar Programas de Compras Públicas e Privadas para Empresas de Propriedade de Mulheres. A certificação é considerada importante por algumas corporações e governos para confirmar que a empresa não é apenas de propriedade de uma ou mais mulheres, mas também administrada por uma mulher ou mulheres diariamente, e que não é uma "fachada" de propriedade masculina, geralmente de um marido ou parente do sexo masculino.

a. Melhores práticas e resultados

- **Exemplo nacional:** Estados Unidos – O Women’s Business Enterprise National Council (WBENC), estabelecido em 1997, é uma organização sem fins lucrativos que trabalha com mais de 570 grandes corporações e agências governamentais que buscam obter contratos com empresas de propriedade de mulheres. A certificação WBENC valida que uma empresa é pelo menos 51% de propriedade, controlada, operada e gerenciada por uma mulher ou mulheres. A organização tem 14 Organizações Parceiras Regionais nos EUA e certificou milhares de Women’s Business Enterprises (WBEs). O WBENC hospeda uma grande feira comercial anual e o Women’s Enterprise Forum e facilita a capacitação setorial. Muitos membros corporativos têm programas de desenvolvimento de fornecedores para grupos de WBEs certificados. Veja <https://www.wbenc.org/> para mais informações sobre esta excelente organização.
- **Exemplo global:** A WE Connect International é uma rede global que auxilia mais de 180 membros corporativos a se conectarem com mais de 17.000 empresas certificadas ou registradas de propriedade de mulheres em mais de 135 países. Os membros corporativos representam US\$ 4 trilhões em poder de compra agregado. A organização fornece certificação oficial WBE em 60 países, incluindo muitos países W20, e também "registra" empresas de mulheres em outras nações. A Academia da WEConnect treinou mais de 11.400 mulheres empresárias e facilitou mais de 42.600 conexões entre empresas de propriedade de mulheres e compradores corporativos em 2022. A WEConnect agora também se concentra na certificação para compras públicas. Veja <https://weconnectinternational.org/> e <https://media-weconnectinternational-org.s3.amazonaws.com/2023/08/WEConnect-International-Fact-Sheet-2023.pdf>
- **Possível consultora do W20:** A delegada do W20 dos EUA, Elizabeth Vazquez, é fundadora e CEO da WEConnect International.
- **1. Compras privadas sensíveis ao gênero (também designadas por compras corporativas)**
 - **a. Melhores práticas e resultados:**
 - **Exemplos globais:** A ONU Mulheres, por si só ou com parceiros da WEA, desenvolveu relatórios, kits de ferramentas e artigos sobre compras corporativas, incluindo: Diretrizes de implementação para a estrutura de políticas do modelo de compras com perspectiva de gênero (GRP-MPF) para organizações do sistema das Nações Unidas (veja o PDF com esse título – NOTA: ANEXO 4 DO PLANO DE AÇÃO DO GRPPP)

- Exemplos globais: ONU Mulheres e Pacto Global da ONU

O folheto, *Compras com perspectiva de gênero (2024)*, foca tanto nas compras corporativas quanto na forma como a própria ONU adquire produtos e serviços.

<https://www.unwomen.org/en/about-us/procurement/gender-responsive-procurement>

Veja o Plano de Ação em Seis Etapas (2024) usado pela Força-Tarefa de Aquisições Sensíveis ao Gênero em <https://www.unwomen.org/sites/default/files/2024-07/grp-task-force-action-plan-en.jpg?t=1719842915>

Veja WEA e Valor Estratégico de Aquisições da ONU Mulheres (2022) <https://www.unwomen.org/sites/default/files/2022-04/Procurements-strategic-value-en.pdf>

E O Poder das Aquisições da ONU Mulheres: Como obter recursos de empresas de propriedade de mulheres: Guia Corporativo para Aquisições Públicas Sensíveis ao Gênero (2017)

O poder da aquisição: Como obter recursos de empresas de propriedade de mulheres | ONU Mulheres – Sede

- Exemplo global: [WEConnect International](https://weconnectinternational.org/), perfilado acima:

<https://weconnectinternational.org/>

Exemplo nacional: [Estados Unidos, Women's Business Enterprise National Council](https://www.wbenc.org/), perfilado acima, <https://www.wbenc.org/>

a. Fontes adicionais sobre compras privadas:

Women's Studies International Forum Edição 105 datada de 2024, chamada "A igualdade de gênero importa? Esforços de aquisição corporativa sensíveis ao gênero de organizações intergovernamentais"

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S027753952400075X>

1. Contratação Pública – Visão Geral: Apesar dos governos gastarem 12% do seu produto interno bruto (PIB) global em contratação pública – com alguns países em desenvolvimento chegando a 40% – apenas 1% disso vai para empresas de propriedade e liderança de mulheres. Isso é de acordo com a ONU Mulheres e o Centro de Comércio Internacional em Genebra, no lançamento de sua campanha global sobre Contratação Pública Sensível ao Gênero. Em 2018, o mercado global de contratação pública foi estimado em US\$ 13 trilhões. Empresas de propriedade de mulheres que são certificadas e ativamente envolvidas em contratação pública têm receitas e taxas de emprego significativamente maiores em comparação com mulheres que não são fornecedoras do governo.

- O Programa SheTrades do ITC publicou várias outras publicações excelentes sobre Contratação Pública Sensível ao Gênero no passado:
- Making Public Procurement Work for Women (2020) – Esta é uma das melhores publicações para descrever todo o processo, e o novo processo SheTrades e ONU Mulheres é amplamente baseado na metodologia descrita nesta publicação – <https://www.intracen.org/file/itcguidewobpp20201106webpdf>
- Empoderamento das Mulheres através das Contratações Públicas (2014) – <https://www.intracen.org/resources/publications/empowering-women-through-public-procurement>

Outras fontes incluem:

- Acordo sobre Contratação Pública da OMC: Uma perspectiva de género para a acção (2023) – [Nota: o ITC é uma agência conjunta da ONU e da Organização Mundial do Comércio] https://www.intracen.org/sites/default/files/media/file/media_file/2023/10/09/wto_government_procurement_agreement_a_gender_lens_for_action.pdf
- Chatham House, Gender-smart Procurement Policies for Driving Change, editado pela Dra. Susan Harris Rimmer, ex-chefe da delegação do W20 da Austrália (2017) – apresenta estudos de caso da Austrália, Chile, UE e EUA. <https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/publications/research/Gender-smart%20Procurement%20-%2020.12.2017.pdf>
- Banyan Global, para a USAID, escrito por Virginia Littlejohn. Um site chamado The Time is Now to Accelerate Women's Public Procurement (2022), que inclui estratégias, listas de verificação, um kit de ferramentas e estudos de caso de iniciativas de GRPP pela República Dominicana, Quênia, África do Sul, Zâmbia, Chile, Gâmbia, Nigéria, Canadá e EUA – <https://banyanglobal.com/project/the-time-is-now-to-accelerate-womens-public-procurement-a-toolbox-and-call-to-action/>
- UN OPS: Contratação Pública Sensível ao Gênero (2023) <https://content.unops.org/publications/UNOPS-Gender-responsive-Public-Procurement-EN.pdf>
- Exemplo global: Instituto Europeu para a Igualdade de Género – informações sobre as iniciativas de integração do GRPP do EIGE em nome da União Europeia. https://eige.europa.eu/publications-resources/publications/gender-responsive-public-procurement?language_content_entity=en#

Também: https://eige.europa.eu/gender-mainstreaming/toolkits/grpp/five-reasons-why-gender-responsive-public-procurement-crucial-eu-context?language_content_entity=en

- **Exemplo global:** O Banco Mundial – O Banco Mundial teve uma iniciativa sensível ao gênero
- **Programa de Contratação Pública desde 2018.** 5WBIWD2021SlidesRubinfield.pdf (worldbank.org)

Seu programa GRPP visa alavancar o poder de compra significativo dos governos para criar oportunidades econômicas para empresas de propriedade de mulheres e promover a igualdade de gênero. Ele insta os governos a adotarem políticas e práticas de aquisição que aumentem a participação de empresas de propriedade de mulheres/lideradas por mulheres em aquisições públicas; remover barreiras que as mulheres empreendedoras enfrentam no acesso a contratos públicos; e promover práticas sensíveis ao gênero entre fornecedores governamentais.

O Banco Mundial fornece componentes-chave, incluindo:

- Desenvolvimento de políticas para dar suporte aos países no desenvolvimento de políticas, regulamentações e diretrizes de GRPP.
- Capacitação de funcionários de compras para implementação de práticas de GRPP.
- Coleta de dados desagregados por sexo em compras públicas para monitorar o progresso.
- Iniciativas de desenvolvimento de fornecedores para desenvolver a capacidade de empresas de propriedade de mulheres de competir por contratos governamentais.

O Banco Mundial está testando abordagens de GRPP na República Dominicana, Gabão, Quênia, Nigéria e Paquistão. Esses pilotos visam demonstrar a viabilidade e o impacto de práticas de aquisição sensíveis ao gênero.

a. Exemplo nacional: Estados Unidos O governo federal dos Estados Unidos estabeleceu uma meta de 5% para contratos com empresas de propriedade de mulheres em 1994 e implementou um programa de reserva para pequenas empresas de propriedade de mulheres (WOSB) em 2010 para ajudar as agências a atingir a meta. Os principais atores do ecossistema incluem a Administração de Pequenas Empresas dos EUA (SBA), várias grandes agências governamentais, incluindo os Departamentos de Energia e Defesa, e várias ONGs influentes, incluindo a Women Impacting Public Policy (WIPP) e a National Association of Women Business Owners (NAWBO). A SBA supervisiona o desempenho de todas as outras agências e publica um scorecard anual sobre gastos para todas as categorias de pequenas empresas.

b. Fontes

i.US Small Business Administration <https://www.sba.gov/federal-contracting/contracting-assistance-programs/women-owned-small-business-federal-contract-program> ii.SBA Scorecard para o ano fiscal de 2023: <https://www.sba.gov/agency-scorecards/scorecard.html?agency=GW&year=2023> iii.PowerPoint de aquisição pública sensível ao gênero desenvolvido por Molly Gimmel para a Cúpula das Mulheres7 em Roma em 2024, Anexo 5

iv. A National Association of Women Business Owners (NAWBO) e a Women Impacting Public Policy (WIPP) frequentemente se coordenam na defesa de compras públicas para mulheres. <https://nawbo.org/> e <https://www.wipp.org/>

d.Potenciais consultores do W20: delegados do W20 dos EUA com experiência neste tópico incluem Molly Gimmel e Anne Simmons-Benton. Molly é cofundadora e CEO da Design to Delivery Inc. (uma empresa que recebeu mais de US\$ 100 milhões em contratos federais desde 2010) e ex-presidente do conselho da NAWBO. Anne Simmons-Benton é uma ex-funcionária do governo com ampla experiência de trabalho em direito de compras públicas. Tanto ela quanto Virginia Littlejohn têm alguma experiência em aspectos internacionais de compras públicas e são cochefes da delegação dos EUA.

Exemplo Nacional – Canadá:

a. Melhores práticas e resultados:

Em 2018, o Primeiro-Ministro ordenou que a Public Procurement and Services Canada (a agência central de compras) aumentasse a participação de empresas de propriedade de mulheres em compras federais de 10% para 15% (a. Orser et al., 2021). Até o momento, o Governo do Canadá apoia vários programas de compras para aumentar as oportunidades econômicas para proprietários de empresas sub-representados.

(b.) Introduzida em 1996, a Estratégia de Aquisições para Empresas Indígenas tem como alvo empresas das Primeiras Nações, Inuit e Métis (indígenas).

(c.) Os departamentos e agências federais são obrigados a garantir que um mínimo de 5% do valor total dos contratos sejam mantidos por empresas de propriedade indígena. Em 2018, o governo também introduziu a Política de Aquisições Sociais para criar programas de aquisições sociais, instrumentos de política, diretrizes sobre aquisições sociais e programas de reserva de pequenas empresas de aquisições sociais para grupos sub-representados/desfavorecidos.

Ver também Contratação pública sensível ao gênero: estratégias para apoiar empresas de propriedade de mulheres, por Barbara Orser, Xiaolu (Diane) Liao, Allan L. Riding e Quang Duong, Telfer School of Management, Universidade de Ottawa
<https://www.emerald.com/insight/1535-0118.htm>

Potencial Conselheira W20: Dra. Barbara Orser, ex-Chefe da Delegação W20 para o Canadá

A implementação do Orçamento Baseado em Gênero será essencial para conduzir efetivamente ações de gênero por meio de orçamentos nacionais de compras. O gráfico fornecido por este link é recomendado em um blog do Banco Mundial como um processo eficaz para o desenvolvimento de um plano de ação para fins de implementação do GRPP.
– <https://s7d1.scene7.com/is/image/wbcollab/gender-responisve?qlt=90&fmt=webp&resMode=sharp2>

Implementar o Código de Financiamento para Mulheres Empreendedoras em vários países do G20.

1. O CÓDIGO DE INVESTIMENTO NAS MULHERES DO REINO UNIDO

A. MELHORES PRÁTICAS INICIAIS E RESULTADOS

Melhores práticas

Em 2019, o Reino Unido iniciou o que se tornou uma das melhores práticas do mundo ao desenvolver o Código de Investimento em Mulheres. Ele foi projetado para abordar a lacuna de capital de US\$ 1,7 trilhão que as mulheres empreendedoras enfrentam globalmente e para preencher essa lacuna no Reino Unido. Isso foi parte de uma estratégia britânica de longo prazo para aumentar a taxa em que as mulheres se envolvem no empreendedorismo para a mesma porcentagem dos homens. Também foi projetado para avançar o progresso do Reino Unido em direção à Meta de Brisbane do G20 de 25 até 25, lançada em 2014, que exigia a redução da lacuna de gênero nas taxas de participação na força de trabalho entre homens e mulheres em uma meta de 25% até 2025 em todos os países do G20.

A Alison Rose Review of Female Entrepreneurship, encomendada pelo Tesouro do Reino Unido, foi publicada em 8 de março de 2019. Além de recomendações programáticas e políticas substantivas, observou que £ 250 bilhões de novo valor poderiam ser adicionados à economia do Reino Unido se as mulheres iniciassem e escalassem novos negócios na mesma proporção que os homens do Reino Unido. <https://www.gov.uk/government/publications/the-alison-rose-review-of-female-entrepreneurship>. Como resultado, o governo do Reino Unido lançou seu Código de Investimento em Mulheres em 16 de julho de 2019.

O Código comprometeu os signatários a melhorar o acesso de mulheres empreendedoras a ferramentas, recursos e financiamento, nomeando um líder sênior responsável por apoiar a igualdade, fornecer dados desagregados por gênero sobre financiamento e adotar práticas internas para melhorar o acesso de mulheres empreendedoras. <https://www.british-business-bank.co.uk/about/our-values/investing-in-women-code>.

Resultados

- O Departamento de Negócios e Comércio do Governo do Reino Unido gerencia o processo do Código.
- Os parceiros do código incluem o British Business Bank, o UK Finance, a British Private Equity & Venture Capital Association, a UK Business Angels Association e mais de 200 instituições financeiras signatárias do Código.
- Relatórios anuais foram publicados em 2021, 2022 e 2023, cada vez mostrando crescimento contínuo em signatários e coleta de dados.
- Em 2018, havia 56.200 empresas de propriedade de mulheres no Reino Unido. Em 2022, o número havia aumentado para 151.603 empresas - mais que o dobro de 2018, antes do lançamento da Rose Review. Isso representa uma taxa de crescimento de 169,8% em empresas de propriedade de mulheres de 2018 a 2022.
- Empresas de propriedade de mulheres contribuíram com £ 85 bilhões para a produção econômica anual em 2022. No entanto, como a pandemia da COVID-19 impactou as receitas que as empresas de mulheres geraram durante esse período, dados mais detalhados ano a ano durante um período não pandêmico são necessários para desenvolver uma compreensão completa do impacto econômico do Código nas receitas do Reino Unido.

B. FONTES

Revisão de Alison Rose sobre empreendedorismo feminino, 2019

https://assets.publishing.service.gov.uk/media/5c8147e2e5274a2a595bb24a/RoseReview_Digital_FINAL.PDF

Resposta do Governo à Revisão Alison Rose sobre Empreendedorismo Feminino, 2019

https://assets.publishing.service.gov.uk/media/5c814ef140f0b6368a9d898d/Government_Response_to_Alison_Rose_Review_of_Female_Entrepreneurship_PDF_1.2_final.pdf

Visão geral do British Business Bank sobre o Código de Investimento em Mulheres

<https://www.british-business-bank.co.uk/about/our-values/investing-in-women-code>

Relatório Anual do Código de Investimento em Mulheres 2021

https://assets.publishing.service.gov.uk/media/6079a703d3bf7f40182bb040/2020_Annual_Investing_in_Women_Code_report_FINAL.pdf

Relatório Anual do Código de Investimento em Mulheres 2022

<https://www.british-business-bank.co.uk/sites/g/files/sovrnj166/files/2023-02/investing-in-women-code-annual-report-2022-v2.pdf>

Relatório Anual do Código de Investimento em Mulheres 2023

[Relatório Anual do Código de Investimento em Mulheres 2023 \(british-business-bank.co.uk\)](https://www.british-business-bank.co.uk/sites/g/files/sovrnj166/files/2023-02/investing-in-women-code-annual-report-2023.pdf)

C. ESPECIALISTAS

- **Internacional:** Governo do Reino Unido e instituições financeiras, especialmente o British Business Bank, e a chefe da We-Fi, Wendy Teleki
- **Potenciais Conselheiros do W20 da Delegação do Reino Unido:** Barbara Cleary e Ann-Maree Morrison, Co-Chefes da Delegação do W20 no Reino Unido

1. CÓDIGO DE FINANÇAS PARA MULHERES EMPREENDEDORAS

A. MELHORES PRÁTICAS E RESULTADOS DA WE-FI

Melhores práticas

O modelo britânico foi adotado como uma prática recomendada pela Women Entrepreneurs Finance Initiative (We-Fi) no Banco Mundial, e 30 especialistas globais ajudaram a adaptá-lo para aplicação global. O Women Entrepreneurs Finance Code foi lançado formalmente no final de 2023. Espera-se que seja tão mensurável, impactante e histórico quanto foi a adoção do Brisbane Goal of 25 até 2025 pelo G20 em 2014.

O apoio à recomendação do Código Financeiro apareceu em três Comunicados do W20, e 30 países assinaram, incluindo a Indonésia. A Holanda avançou rapidamente com seu Código, e 90% dos grandes parceiros de empréstimo do país estão profundamente engajados. O processo é igualmente relevante em países em desenvolvimento e desenvolvidos, e os principais bancos multilaterais de desenvolvimento, instituições financeiras, parceiros governamentais e organizações de suporte técnico são signatários e fortes apoiadores. A República Dominicana é outro exemplo forte.

Pedido especial do W20 do Brasil e dos países do G20. Os países do G20 deram origem ao We-Fi durante a presidência alemã do G20. O We-Fi é uma parceria colaborativa entre 14 governos, oito bancos multilaterais de desenvolvimento (MDBs) e outras partes interessadas dos setores público e privado, hospedada pelo Grupo Banco Mundial. Os contribuintes financeiros fundadores são Austrália, Canadá, China, Dinamarca, Alemanha, Japão, Holanda, Noruega, Federação Russa, Arábia Saudita, República da Coreia, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido e Estados Unidos. Até o momento, esses governos comprometeram US\$ 355 milhões e apoiaram financeiramente o desenvolvimento de seu Código Financeiro para Mulheres Empreendedoras. Dado o profundo envolvimento dos países do G20 na criação do We-Fi e no financiamento de seu Código Financeiro WE, o W20 recomenda fortemente que o maior número possível de países do G20 "adaptem o Código Financeiro WE do We-Fi como uma estrutura e modelo para contextos nacionais".

Embora o programa possa ser aderido a qualquer momento, pedimos que o Brasil se junte imediatamente e instamos o máximo possível de países do G20 a se tornarem signatários do Código. Isso nos permitirá começar a implementação em muitos países do G20 com um forte grupo no início do ano que vem. Observe que a We-Fi, a OCDE e a Financial Alliance for Women (FAW) e seus membros institucionais em 135 países desenvolveram um detalhado Plano de Ação de 44 páginas para implementação. Prevemos desenvolver uma Rede de Aprendizagem de Pares para acelerar o progresso.

Resultados

O Relatório Anual de 2023 da We-Fi foi chamado de Mobilização para Mudança Sistêmica. O W20 e o G20 devem fazer parte da ação, implementação e mudança global construtiva que acelerará o crescimento do empreendedorismo feminino, criará empregos e aumentará o PIB.

O Código é estruturado para ação em três pilares

- Liderança em atividades relacionadas ao Código, incluindo como se tornar um Signatário e criar uma equipe central em cada país (liderança do Secretariado We-Fi)
- Dados. Integração da coleta e do relato de dados financeiros desagregados por sexo para MPMEs (liderança da OCDE)
- Ação para fechar lacunas financeiras para mulheres MPMEs (WMSMEs) promovendo a aprendizagem entre pares, aumentando o volume e os tipos de ofertas financeiras, desenvolvendo novos produtos e serviços, estabelecendo casos de negócios e definindo metas, estratégias, políticas e padrões para expandir o financiamento para W-MSMEs (Aliança Financeira para Mulheres liderando)

Resumo das 5 etapas de ação para implementar o Código Financeiro em um país

- Identificar campeões
 - oIdentificar 1-3 campeões nacionais (especialmente reguladores e banqueiros para começar. Obter signatários)
 - oConstruir o caso do país para o Código WE Finance
 - oDiscutir a visão para o código
- Crie uma Coalizão Nacional em todo o ecossistema e expanda os signatários
- Estabelecer funções e responsabilidades
- Convocar coligações e construir consenso
- Anunciar a intenção de lançar o Código e definir uma data de lançamento

Personalize o código para cada contexto nacional

- Instruções para signatários oDiretrizes de compromisso oDefinições e indicadores

A. FONTES

Site da We-Fi sobre o WE Finance Code: WE Finance Code | Women Entrepreneurs Finance Initiative (we-fi.org)

PDFs e PowerPoints

1. Brochura do Código de Financiamento WE
2. Visão geral do código de financiamento WE
3. WE Finance Code Pitch (para partes interessadas)
4. Diretrizes do Código Financeiro WE para Implementação no País: Esta publicação é um manual detalhado de 44 páginas, projetado para auxiliar governos, instituições financeiras, especialistas em dados e outras partes interessadas durante cada etapa do processo, incluindo como contextualizar o processo para suas condições nacionais.

C. ESPECIALISTAS:

- Internacional: Wendy Teleki, Chefe do Secretariado We-Fi
- A iniciativa We-Fi e a Lei das Mulheres Empreendedoras (WE Act) do W20 trabalharão em conjunto para apoiar os países do G20 na adoção de Códigos Financeiros.

1. Acesso ao Comércio Internacional

a. Melhores práticas e resultados

Institucional

O International Trade Centre é uma agência conjunta da ONU e da Organização Mundial do Comércio, localizada em Genebra. Seu principal programa de mulheres e comércio, SheTrades, conecta mulheres empreendedoras aos mercados, as treina, as ajuda a superar barreiras e aumenta sua participação no comércio internacional. Embora seus programas sejam focados em mulheres em países em desenvolvimento, seus programas e iniciativas são excelentes, e os países desenvolvidos podem se adaptar e se beneficiar de muitos de seus aprendizados. Esta será a principal melhor prática que destacaremos neste plano de ação. Estudar todo o site deles será altamente benéfico <https://www.shetrades.com>

Os principais componentes incluem:

- ITC SME Trade Academy, onde mulheres empreendedoras de qualquer país podem se registrar para aprender sobre comércio internacional. ITC SME Trade Academy (intracen.org)
- SheTrades Global, um evento de negócios global de primeira linha para conectar mulheres empreendedoras com potenciais compradores, investidores e parceiros para aumentar suas exportações. SheTrades Global | ITC (intracen.org)

- **SheTrades Hubs**, que são centros de recursos ancorados nacional ou regionalmente, fornecendo às mulheres empreendedoras acesso a treinamento, informações de mercado e oportunidades de investimento. Eles fornecem acesso a uma comunidade de parceiros de uma rede que abrange 16 hubs nacionais e dois regionais na África, Ásia, América Latina, Caribe e Oriente Médio e Norte da África (MENA). Além disso, eles apoiam os formuladores de políticas com o aprimoramento de políticas inclusivas de gênero. SheTrades Hubs | ITC SheTrades Initiative

SheTrades tem hubs em:

África – Gana, Quênia, Maurício, Nigéria, Ruanda, África do Sul e Gâmbia **Ásia** – Bangladesh, Indonésia, Mongólia, Filipinas e Vietnã **América Latina e Caribe** – Argentina, República Dominicana, Trinidad e Tobago e Uruguai **Centros regionais** – Caribe, Oriente Médio e Norte da África

Veja também os marcos do HUB.

- **O SheTrades Outlook** é uma ferramenta de política inovadora que ajuda as partes interessadas a avaliar, monitorar e melhorar o ecossistema institucional para a participação das mulheres no comércio internacional. É financiado pelo Reino Unido como parte de um programa mais amplo de apoio a mulheres empreendedoras para mulheres em toda a Comunidade. O SheTrades Outlook auxilia os formuladores de políticas a fazer com que suas políticas funcionem para as mulheres. A ferramenta avalia os países em 6 áreas principais (Política Comercial, Estrutura Legal e Regulatória, Ambiente de Negócios, Acesso a Habilidades, Acesso a Financiamento e Trabalho e Sociedade). Ele usa 84 indicadores nesses 6 pilares para comparar a participação das mulheres no comércio em diferentes países. Ele fornece avaliações individuais de cada país com base em 55 indicadores de política nos pilares. <https://outlook.shetrades.com/home>

A SheTrades facilita o comércio internacional por meio das seguintes etapas:

- **Desenvolvimento de habilidades:** Oferecendo workshops, webinars e cursos on-line adaptados a setores e tópicos específicos, como comércio eletrônico, logística e habilidades empresariais.
- **Acesso ao mercado:** conectando mulheres empreendedoras a potenciais compradores e oportunidades de negócios no mundo todo.
- **Apoio a políticas:** auxiliar formuladores de políticas na implementação de reformas políticas sensíveis ao gênero para garantir que todos os gêneros se beneficiem igualmente do comércio.
- **Parcerias:** Colaborar com parceiros dos setores público e privado para ampliar o impacto do seu trabalho.
- **Oportunidades de investimento:** organizar atividades de geração de negócios e investimentos por meio de iniciativas como o SheTrades Invest.
- **Visibilidade:** Fornecer uma plataforma para empresas de propriedade de mulheres mostrarem seus produtos e serviços a potenciais compradores internacionais.
- **Networking:** Facilitando conexões entre mulheres empreendedoras e redes comerciais globais.
- **Pesquisa e dados:** realização de análises sobre dados de gênero e comércio para informar políticas e intervenções.

Gender Moonshot da ITC em colaboração com SheTrades:

- Desenvolver serviços inovadores para novos grupos-alvo de mulheres, incluindo trabalhadoras, mulheres jovens e comerciantes de pequena escala; concentrando-se em setores de alto crescimento, dominados por homens e na prontidão digital.
- Use o SheTrades Hubs para fornecer serviços de alta qualidade.
- Trabalhe com mais de 200 parceiros do ITC para programas conjuntos e advocacy.
- Trabalhar com ministros em prol de políticas inclusivas, com foco em compras públicas sensíveis ao gênero.
- Apoie uma Área de Livre Comércio Continental Africana inclusiva.
- Promover ferramentas de dados de gênero e comércio de TIC.
- Estabelecer uma unidade técnica de integração de gênero para aumentar a visibilidade de sua agenda de mulheres e comércio em todos os projetos e desenvolver novos serviços e ferramentas. A unidade abrigará um conjunto de recursos sobre comércio e gênero para gerentes de projeto, compartilhará as melhores práticas e aumentará a absorção de ferramentas existentes sobre comércio e gênero.
[gender_moonshot_brochurefin.pdf](#) (intracen.org)

O ITC e a ONU Mulheres são Parceiros de Conhecimento do W20.

Potenciais consultores do W20: Anne Simmons-Benton e Virginia Littlejohn trabalharam com a ITC e a SheTrades por muitos anos e poderiam potencialmente servir como consultores para países do W20. Virginia escreveu o Trailblazers Call to Action para mudanças de política para facilitar o engajamento empreendedor feminino no comércio internacional. Veja o Event Programme (intracen.org) com link para o documento do Trailblazers.

Melhores Práticas Globais: A Organização das Mulheres no Comércio Internacional (OWIT International) opera por meio de uma rede de capítulos nas Américas, Europa Ocidental e África. Além disso, a OWIT apoia um "Capítulo Virtual" para indivíduos que não têm acesso a um capítulo local. Embora inclua mulheres corporativas e aquelas envolvidas com a formulação de políticas, ela auxilia mulheres empreendedoras a acessar mercados internacionais por meio de programação educacional, oportunidades de networking e fornecimento de uma plataforma para as mulheres se conectarem com seus pares na comunidade de comércio internacional. OWIT International – Organização das Mulheres no Comércio Internacional

Women in International Trade (WIIT) é o capítulo afiliado da OWIT em Washington DC, e tem um forte foco em políticas comerciais. WIIT - Associação de Mulheres no Comércio Internacional

Melhores práticas em nível de país

Os governos nacionais nos países do G20 normalmente têm ministérios dedicados ao comércio, à negociação e à exportação, e geralmente estão focados em encorajar mais PMEs a se envolverem na exportação por meio de missões comerciais e grandes eventos comerciais. No entanto, as mulheres PMEs são frequentemente negligenciadas nesse aspecto e não são recrutadas agressivamente para essas iniciativas.

As associações empresariais femininas têm um importante papel educacional e de advocacia a desempenhar na criação das estruturas políticas e na capacitação necessárias para preparar as empresas de propriedade de mulheres para o comércio internacional.

Alguns países apareceram em um processo de mapeamento que conduzimos como tendo bons programas de comércio internacional para mulheres empreendedoras. A maioria era de países do G20 e/ou da UE, incluindo o Brasil, que tem trabalhado em estreita colaboração com o programa SheTrades da ITC desde o Global Trailblazers Summit no Brasil em 2015, que lançou um Trailblazers Call to Action sobre mulheres e comércio, e resultou em promessas de compromissos comerciais de vários países.

Entre os países que implementaram programas e iniciativas notáveis para apoiar mulheres empreendedoras no comércio internacional estão os listados abaixo. Eles geralmente envolvem uma combinação de programas governamentais, esforços de associação empresarial e parcerias público-privadas.

- Canadá, que desenvolveu uma estratégia abrangente para apoiar mulheres empreendedoras e líderes empresariais no comércio. O governo organizou missões comerciais focadas em mulheres, incluindo a Asia Pacific Foundation of Canada's Women-only Business Missions para países da Ásia, que se baseia em uma iniciativa anterior da CanAsiática Business Women's Network que começou há várias décadas. – **Women's Business Missions | APF Canada (asiapacific.ca)**

Os Estados Unidos têm várias iniciativas, incluindo:

- Iniciativa Global de Exportação de Diversidade (GDEI) da Administração de Comércio Internacional <https://www.trade.gov/global-diversity-export-initiative>
- O programa de Empoderamento do Comércio Global das Mulheres, administrado pela Organização Internacional dos EUA
- Trade Administration. Ela fornece recursos para mulheres empreendedoras que desejam expandir seus negócios internacionalmente. A plataforma facilita as habilidades necessárias para construir uma estratégia de exportação e desenvolver conexões comerciais valiosas. Ela também apresenta eventos, ferramentas e recursos para ajudar mulheres empreendedoras e executivas a acelerar sua jornada de exportação, e apresenta perfis de exportadoras bem-sucedidas. www.trade.gov/womens-global-trade-empowerment
- Women Entrepreneurs Grow Global (wegg®), uma organização sem fins lucrativos que oferece programas educacionais sobre como se tornar global <https://womenentrepreneursgrowglobal.org/>
- A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) sediou o Women's Trade Summit com o ITC em 2015 e implementou o Programa Mulheres e Negócios Internacionais em 2023, que já atendeu quase 3.000 empresas lideradas por mulheres. <https://apexbrasil.com.br/br/pt.html#home>
- A Enterprise Ireland lançou um Plano de Ação para Mulheres nos Negócios em 2020, que incluía a duplicação do número de empresas lideradas por mulheres em mercados internacionais. Mulheres nos negócios | Enterprise Ireland (enterprise-ireland.com)
- A Espanha implementou medidas para aumentar a participação das mulheres no comércio em áreas como acesso a financiamento, treinamento relacionado ao comércio, dados e informações, além de garantir a conformidade com a Lei de Igualdade de Gênero da Espanha.

- O governo australiano organizou missões comerciais focadas em mulheres e apoia um programa Mulheres em Negócios Globais. Iniciativa Focada em Gestão: Mulheres da Austrália em Negócios Globais (asiapacific.ca)
- O governo do Reino Unido realizou missões comerciais específicas para mulheres empreendedoras, incluindo missões ao Vale do Silício e outros centros de tecnologia. – Fundadoras sediadas em Londres se juntam à missão comercial do Vale do Silício (londonandpartners.com)
- O governo sueco incorporou objetivos de igualdade de gênero em sua política comercial e organizou delegações comerciais com foco em empresas de propriedade de mulheres.

Essas iniciativas são uma mistura de programas governamentais, esforços de associações empresariais e parcerias público-privadas. Por exemplo:

Programas governamentais: Muitas das missões comerciais e iniciativas políticas são lideradas por agências governamentais.

Iniciativas de associação empresarial: Organizações como a OWIT International (Organization of Women in International Trade) e a Women in International Trade (WIIT) nos Estados Unidos desempenham papéis importantes no apoio a mulheres empreendedoras. A Verband deutscher Unternehmerinnen (VdU), a Associação de Mulheres Empreendedoras Alemãs, tem um comitê internacional há várias décadas e organizou uma série de missões comerciais para muitos países, incluindo missões de cerca de 50 CEOs alemãs que foram em missões comerciais para a Índia, China e Vale do Silício nos EUA.

Parcerias público-privadas: programas como o SheTrades, administrado pelo Centro de Comércio Internacional (uma agência conjunta da ONU e da OMC), envolvem a colaboração entre mais de 200 parceiros dos setores público e privado.

A eficácia desses programas pode variar, e o que funciona melhor em um país pode não ser diretamente transferível para outro devido a diferentes contextos econômicos, sociais e culturais. No entanto, esses exemplos demonstram um crescente reconhecimento global da importância de apoiar mulheres empreendedoras no comércio internacional.

Fontes adicionais

Parceiros de conhecimento e especialistas

a. Por meio do Women's Entrepreneurship Accelerator (WEA), a aliança de 6 agências da ONU, ONU Mulheres e o Centro de Comércio Internacional estão colaborando para aumentar o engajamento das mulheres no comércio internacional. – WEA - Women's Entrepreneurship Accelerator (we-accelerate.com)

a. Potenciais consultores do W20. O ITC é uma das parcerias de conhecimento mais profundas do W20. Virginia Littlejohn e Anne Simmons-Benton trabalham com o ITC há muitos anos e podem potencialmente servir como consultores do W20. Virginia escreveu o Trailblazers Call to Action do ITC em 2015.

2. Comércio eletrônico e compras eletrônicas.

O comércio eletrônico oferece uma grande oportunidade para a construção de riqueza comunitária, expansão profunda e expansão vertical. O Conselho de Relações Exteriores afirma que quase US\$ 300 bilhões poderiam ser adicionados ao mercado de comércio eletrônico em apenas 5 anos, em oposição aos US\$ 50 bilhões perdidos se as lacunas de gênero no comércio eletrônico não forem abordadas. Para ter um crescimento econômico maior, precisamos de mais empresas em expansão, o que requer investir em uma base maior de empresas, incluindo aquelas que retribuem à comunidade e às empresas regionais.

O comércio eletrônico é uma maneira rápida e sustentável de fazer economias crescerem e reduzir a pobreza por meio da expansão da participação de mercado e da riqueza, apoiando mais mulheres, meninas e PMEs por meio destas ações:

b. Melhores práticas:

- Promover o comércio eletrônico como um gerador de riqueza comunitária, mudando a narrativa;
- Promover o comércio eletrônico como sustentável e favorável ao comércio de rua;
- Coleta e rastreamento de dados de negócios de comércio eletrônico e omnicanal, em comparação com negócios de rua, por estágio, região, idade, gênero e reconhecimento do comércio eletrônico como um setor, pois o que não pode ser medido não pode ser gerenciado ou financiado;
- Financiar e promover treinamento em comércio eletrônico, especificamente por especialistas na área, e introduzir cursos totalmente credenciados em todo o sistema escolar e ao longo da vida;
- Promover e financiar o uso de processos alternativos de e-procurement, como a compra direta da Amazon Business para ajudar as PMEs a terem acesso, individualmente ou em grupo, a grandes contratos, e o uso e o treinamento em sistemas de e-procurement governamentais e corporativos simples e baratos de acessar, que se conectem a plataformas de comércio eletrônico;
- Promover a adaptação dos sistemas financeiros existentes para garantir que todos estejam diretamente vinculados aos sistemas de e-procurement e comércio eletrônico;
- Financiar e promover redes de comércio eletrônico para todos e promover modelos femininos que treinem empresas de todos os tamanhos em comércio eletrônico.

b. Fontes:

i.W20 UK Ecommerce: Empoderamento econômico de mulheres e meninas, 2022 (Reino Unido) <https://www.ann-maree.biz/uk-ecommerce-gender-report-2022/>

ii.“E-Procurement e Contratação Pública de Gênero – W20 UK,” por Ann-Maree Morrison, MBE

Potencial consultora W20. Ann-Maree Morrison, MBE, e Co-chefe da delegação do Reino Unido, forneceu contribuições consideráveis sobre comércio eletrônico e aquisição eletrônica.

Recomendação 4:

Garantir incentivos fiscais para investidores apoiarem mulheres empreendedoras, incluindo deduções fiscais, créditos, concessões fiscais de ganhos de capital e contribuições governamentais para uma gama de investidores, incluindo microfinanças, investimento anjo, capital de risco e capital privado. Fornecer incentivos fiscais para mulheres empreendedoras e seus negócios.

Utilizar incentivos fiscais para capital de risco e investidores-anjo para promover o investimento em startups e PME fundadas por mulheres

Boas práticas: Reino Unido

O Reino Unido tem quatro diferentes Venture Capital Schemes: SEIS, EIS, SISR e VCT. O SEIS e o EIS em particular têm sido muito bem-sucedidos em desbloquear capital de estágio inicial para startups no Reino Unido e são considerados uma melhor prática global.

O Plano de Investimento Empresarial Semente (SEIS)

Fontes:

<https://www.gov.uk/government/statistics/enterprise-investment-scheme-seed-enterprise-investment-scheme-and-social-investment-tax-relief-may-2024/enterprise-investment-scheme-seed-esquema-de-investimento-empresarial-e-estatisticas-de-alivio-fiscal-de-investimento-social-2024>
<https://www.gov.uk/guidance/venture-capital-schemes-apply-for-the-enterprise-investment-scheme>

Boas práticas: União Europeia

1) Criação da União dos Mercados de Capitais para reforçar o mercado único através do aprofundamento da integração do investimento em toda a União Europeia

O acesso melhorado ao financiamento é um componente essencial deste projeto, em particular para start-ups, pequenas e médias empresas (PMEs) e empresas jovens com planos de crescimento inovadores. Este estudo investiga o papel que os incentivos fiscais para capital de risco e investidores-anjo podem desempenhar no fomento do investimento, com a intenção de promover a difusão das melhores práticas entre os Estados-Membros. Também reconhece que os incentivos fiscais fazem parte de um conjunto mais amplo de ferramentas políticas e que é importante considerar a combinação mais ampla de políticas ao analisar os incentivos fiscais.

Fonte: https://taxation-customs.ec.europa.eu/system/files/2017-09/taxation_paper_69_vc-ba.pdf.

2) Eurogrupo – formato inclusivo sobre o futuro da União dos Mercados de Capitais

- o formato inclusivo do Eurogrupo identificou três áreas prioritárias de ação onde são necessárias medidas para melhorar o funcionamento dos mercados de capitais europeus:
- A. Arquitetura: desenvolver um sistema regulatório competitivo, simplificado e inteligente, permitindo que os fundos sejam melhor canalizados para empresas inovadoras da UE, com maior liquidez, tomada de risco e compartilhamento de risco, juntamente com maior resiliência e estabilidade financeira. B. Negócios: garantir melhor acesso ao financiamento privado para empresas da UE investirem, inovarem e crescerem na UE. C. Cidadãos: criar melhores oportunidades para os cidadãos da UE acumularem riqueza e melhorarem a segurança financeira, aumentando a participação direta e indireta do varejo por meio do acesso a oportunidades de investimento lucrativas.

Medidas sugeridas:

- Promover o financiamento de capital por meio de sistemas nacionais de impostos corporativos bem elaborados para garantir que as empresas da UE tenham acesso a fontes diversificadas de financiamento.
- Aumentar os investimentos na UE, especialmente nos setores sustentável e digital, e garantir que as empresas, especialmente as PME, tenham acesso ao financiamento adequado para crescer na UE, possam ser competitivas e não sejam prejudicadas por encargos administrativos excessivos.
- Melhorar as condições para investimentos institucionais, de varejo e transfronteiriços em capital, em particular em capital de risco de crescimento/ampliação, por meio de meios regulatórios, incentivos fiscais específicos pelos Estados-Membros ou outras medidas a nível nacional e da UE.
- Reforçar a vantagem da UE em finanças sustentáveis, ampliando o impacto da estrutura da UE em vigor e promovendo o uso do kit de ferramentas financeiras fornecido pelos participantes do mercado para apoiar seus esforços de transição.

Fonte: <https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2024/03/11/statement-of-the-eurogroup-in-inclusive-format-on-the-future-of-capital-markets-union/>

Banco Europeu de Investimento Fonte:
https://www.eib.org/attachments/thematic/why_are_women_entrepreneurs_missing_out_on_funding_en.pdf .

- **O Programa InvestEU, parte do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027;** oferece a oportunidade de estabelecer uma estrutura integrada de ações tanto do lado financeiro quanto do consultivo para catalisar o investimento em empresas femininas e aproveitar o poder das mulheres como investidoras. Especificamente, dentro dos programas da União Europeia, uma série de métricas de gênero e critérios de elegibilidade podem ser introduzidos como mecanismos de atração, colocando assim o apoio e o financiamento de empresas fundadas e lideradas por mulheres no topo da agenda e incentivando bancos e investidores a buscar uma alocação de investimentos mais equilibrada em termos de gênero (potencialmente um tipo de "selo" ou requisito para desbloquear oportunidades de financiamento da União Europeia). O programa InvestEU fornece à União Europeia financiamento crucial de longo prazo, alavancando fundos privados e públicos em apoio à recuperação sustentável da Europa. Ele ajuda a mobilizar investimentos privados para as principais prioridades políticas da UE, como a transição verde e digital, inovação e investimentos sociais e habilidades.

Fonte: https://investeu.europa.eu/investeu-programme_en

Melhor prática: Índia

Abolição do imposto sobre anjos para todas as classes de investidores.

Isso foi introduzido pelo Ministério das Finanças da Índia no Orçamento da União 2024-2025 para reforçar o ecossistema de start-ups da Índia, impulsionar o espírito empreendedor e apoiar a inovação. O "Angel Tax" se refere a uma taxa imposta sobre o capital levantado por empresas não listadas por meio da emissão de ações para investidores.

Fontes: <https://pib.gov.in/PressReleaselframePage.aspx?PRID=2035599>,
[http://timesofindia.indiatimes.com/articleshow/111952205.cms?](http://timesofindia.indiatimes.com/articleshow/111952205.cms?utm_source=contentofinterest&utm_medium=text&utm_campaign=cppst)
[utm_source=contentofinterest&utm_medium=text&utm_campaign=cppst](http://timesofindia.indiatimes.com/articleshow/111952205.cms?utm_source=contentofinterest&utm_medium=text&utm_campaign=cppst)

Boas práticas: Irlanda

Fonte: <https://www.revenue.ie/en/personal-tax-credits-reliefs-and-exemptions/investment/relief-investment-corporate-trades/employment-investment-incentive.aspx>

Melhor prática: Bélgica

Abrigo fiscal para startups e scale-ups

Esta iniciativa é para todos os contribuintes privados na Bélgica. Invista em uma start-up ou scale-up hoje e receba de volta 25%, 30% ou 45% do seu investimento como redução de impostos.

Fonte: <https://finances.belgium.be/fr/entreprises/tax-shelter-petites-entreprises/debutantes-start-up>

Melhor prática: Austrália

Compensação de investimento em inovação

Investidores em uma Australian Early Stage Innovation Company (ESIC) (em termos gerais, uma empresa que está em um estágio inicial de estabelecimento para desenvolver inovações novas ou significativamente melhoradas com o propósito de comercialização para gerar um retorno econômico) recebem uma compensação de imposto de transferência não reembolsável igual a 20% do valor pago pelo investimento, sujeito a um limite de compensação anual de AUD 200.000 (incluindo afiliadas).

Fonte: <https://taxsummaries.pwc.com/australia/individual/other-tax-credits-and-incentives>

A compensação (limitada a um máximo de AUD 1.000) é de 16% do imposto de renda devido sobre a parcela da renda de um indivíduo que é renda de pequena empresa.

Fornecer incentivos fiscais para mulheres empreendedoras e seus negócios.

Melhor prática: compensação de imposto de renda para pequenas empresas na Austrália

Uma compensação de imposto de renda para pequenas empresas se aplica a indivíduos que administram pequenas empresas (empresas com um faturamento anual agregado inferior a AUD 5 milhões ou que pagam imposto de renda sobre uma parcela da renda de uma pequena sociedade ou fundo fiduciário).

<https://www.oecd.org/en/topics/smes-and-entrepreneurship.html>

<https://www.weforum.org/agenda/2023/06/women-entrepreneurs-frontier-markets-opportunity/>

O McKinsey Global Institute (MGI) estima que se as mulheres participassem da economia “de forma idêntica aos homens”, elas poderiam adicionar até US\$ 28 trilhões ou 26% ao PIB global anual até 2025 — um valor maior do que o tamanho da economia dos EUA hoje. No entanto, mesmo nos EUA, onde o capital de risco (VC) é mais sofisticado do que em qualquer outro lugar do mundo, menos de 2% do VC foi investido em empresas fundadas por mulheres em 2022 — o menor nível visto desde 2016 e 2012. Na Europa, a porcentagem é ainda menor, de menos de 1% em 2022.